



Instituto Superior de Ciências
do Trabalho e da Empresa

Área Científica de Estudos Africanos

Angola: O Papel e Contributo do Sector dos Petróleos de Angola
no Desenvolvimento Sócio-Económico do País.
Desafios e Expectativas (1975 – 2005).

Luís Fernando da Costa Walter

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

**Mestre em Estudos Africanos – Desenvolvimento Social e Económico em
África: Análise e Gestão**

Orientador:

Prof. Doutor Afzal Ahmad

Universidade Lusófona

Novembro de 2007

Área Científica de Estudos Africanos

Angola: O Papel e Contributo do Sector dos Petróleos de Angola
no Desenvolvimento Sócio-Económico do País.
Desafios e Expectativas (1975 – 2005).

Luís Fernando da Costa Walter

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

**Mestre em Estudos Africanos – Desenvolvimento Social e Económico em
África: Análise e Gestão**

Orientador:

Prof. Doutor Afzal Ahmad

Universidade Lusófona

(Novembro de 2007)

Dedico este trabalho à minha mãe e à memória do meu pai, que me ensinaram o rigor de pensar, estudar e valorizar o ensino.

Agradecimentos

O esforço académico dedicado neste trabalho de dissertação teria sido inglório e de dificuldade excepcionalmente acrescida, se não fosse a colaboração de uma conjunto de instituições e pessoas.

O meu primeiro agradecimento vai, por conseguinte ao meu orientador de dissertação, Professor Doutor Amad Afzal. Estou-lhe particularmente grato pela disponibilidade, aconselhamento metodológico, sugestões, incentivo e acompanhamento feitos durante a investigação e o processo de escrita a que me dediquei ao longo deste trabalho. De seguida, quero agradecer também, o centro de documentação e informação da Sociedade Nacional de Combustível de Angola (SONANGOL), o Ministério dos Petróleos, em especial o departamento de formação dirigido pelo Sr. José Cortez, departamento de planeamento e compensação dirigido pelo Dr. Jacinto Cortez, e ao centro de documentação do mesmo Ministério, pela disponibilidade prestada e dispensada na obtenção de documentos, livros e textos, que tornaram possível a elaboração deste trabalho, proporcionando-me e dando-me experiências e pistas únicas para uma adequada investigação e reflexão sobre esta área.

Finalmente não poderia deixar de estender o meu profundo e carinhoso agradecimento à minha família, em especial à minha mãe pela paciência que teve comigo ao longo deste meu trabalho e pedir desculpa pela ausência em momentos importantes.

O presente trabalho diz respeito ao papel e importância que a indústria petrolífera angolana (refiro-me ao Ministério dos Petróleos de Angola – MINPET, à Sociedade Nacional de Combustível de Angola – SONANGOL, e as empresas petrolíferas multinacionais presentes em Angola) exerce na reconstrução e no desenvolvimento sócio-económico de Angola, um país profundamente devastada pela guerra.

Trata-se de um estudo que, visa, em primeiro lugar, frisar, que a sociedade angolana sofreu bastante com o longo período de guerra, tendo as suas áreas sócias vitais como, a saúde, habitação, emprego, educação e saúde profundamente afectadas. Posteriormente, pretende-se esclarecer que, durante décadas a indústria petrolífera serviu de suporte à guerra, e que uma vez alcançada a paz, ela tem aplicado os recursos na reconstrução e no desenvolvimento sócio-económico do país, apostando cada vez mais em políticas públicas.

Assim, uma vez analisado o contributo do sector petrolífero, não restam dúvidas quanto à amplitude e importância que possui na sociedade angolana, e aos esforços do Governo em ver estabilizada a vida sócio-económica no país. Desde o desfecho da guerra, muita coisa foi feita, apesar de ainda insuficiente mas, acreditamos que é possível fazer mais e melhor.

Com tudo, espero que os esforços para a estabilização do país continuem no sentido de melhorar as condições de vida dos angolanos e na construção de uma Angola cada vez melhor e moderna.

Palavras-chaves: Indústria petrolífera, políticas públicas, desenvolvimento, sócio-económico.

The present work is aimed to focus on, the role of Angolan Petrochemical Ministry and the SONANGOL – Oil industry in the reconstruction and development of highly devastated socio-economic structure of Angola, after its independence.

The entire process have been set to study, firstly the area that had suffered most, the society and the parts which had been highly affected, the sector of health, employment, and housing among various others. Secondly, the history of the development of the petrochemical agencies and their derivatives which during the last few decades had served to finance the civil-wars and now, for the last couple of years the same resources have been, under various governmental planning, are used in improving the highly required health, housing, schooling among various other facilities which would eventually help in providing a new socio-economic order in Angola.

Apart from what have been mentioned earlier, the government of Angola, making good use of the income from the oil industries, has also been undergoing through various processes of creating jobs, at various levels, for those who have been awaiting for a better life. This is giving a boost in the formation of Angolan socio-economic visual which consequently had considerable impacts on its society. A lot have been projected and achieved but we are still very far from when we could say that the people of Angola have now what they deserved for long. I expect and would like to sincerely believe that this promising policy of the government would continue for a long time until it attains to what is really needed for a new and a modern prosperous society of Angola, respecting each others basic needs and rights.

In order to complete this work, as initially planned, I had to consult numerous libraries and departmental records in various forms; books, journals and official documents.

Key words: oil industry, government policy, development and socio-economic.

ÍNDICE

Lista de Siglas e Abreviaturas.....	7
1. Introdução.....	9
2. Origens, evolução e estruturação do sector petrolífero angolano.....	13
2.1. A estruturação na 1ª República.....	15
2.2. A estruturação na 2ª República	16
2.3. Influencia e impacto do petróleo na economia	20
3. Um olhar sobre o estado da economia angolana.....	22
4. Diagnóstico sócio-económico pós-independência.....	26
5. O papel e contributo do sector no desenvolvimento sócio-económico.....	32
5.1. Políticas e programas do Governo para o país.....	32
5.2. O programa da indústria petrolífera.....	35
5.2.1. Objectivos.....	35
5.2.2. Políticas e Medidas de Política.....	36
5.3. Criação, papel e contributo do Ministério dos Petróleos.....	37
5.3.1. Angolanização.....	40
5.3.2. Política de formação.....	44
5.3.3. Política de emprego.....	46
5.3.4. Política ambiental.....	49
5.3.5. Política de saúde	51
5.3.6. Conteúdo local ou local content.....	52
5.3.7. Fundo de Compensação de Combustível (FCC).....	53
5.4. A SONANGOL E.P. Promotora do desenvolvimento em Angola.....	53
5.4.1. Objecto social, actividades, associação e atribuições múltiplas....	54
5.4.2. Órgãos de gestão da SONANGOL.....	56
5.4.3. Responsabilidades/engajamento sociais da empresa.....	56
5.4.3.1. O fundo de pensões da SONANGOL.....	57
5.4.3.2. Engajamento com as comunidades e seus funcionários....	57
5.5. Responsabilidade social das empresas petrolíferas multinacionais no.....	
sector petrolífero angolano.....	59
6. Perspectivando o futuro do sector.....	66

7. Desafios e expectativas.....	69
8. Conclusão.....	74
9. Bibliografia.....	78
Anexos.....	81
Anexo 1. Mapa da República de Angola.....	82
Anexo 2. Síntese de informação estatística.....	83
Anexo 3. Comportamento da economia no primeiro trimestre de 2006.....	84
Anexo 4. Comportamento da indústria petrolífera.....	86
Anexo 5. Orçamento global e financeiro. 2006 – 2007.....	88
Anexo 6. Organograma da SANONGOL.....	90
Anexo 7. Organograma do MINPET.....	91
Anexo 8. Companhias petrolíferas presentes em Angola.....	92

Lista de Siglas e Abreviaturas

- AAA – Angola, Agora e Amanhã
- AERS – Actividades Empresariais de Responsabilidade Social
- BM – Banco Mundial
- BNA – Banco Nacional de Angola
- b/p – barris por dia
- CABGOC – Cabinda Gulf Oil Company
- COPA – Companhia de Petróleo de Angola
- CPP – Contratos de Partilha de Produção
- DNA – Direcção Nacional das Alfândegas
- EIU – Economist Intelligence Unit
- EITI – Extractive Extractive Industry Transparency Initiative
- EUA – Estados Unidos da América
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)
- FCC – Fundo de Compensação de Combustíveis
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GPL – Gás de Petróleo Liquefeito
- GURN – Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional
- HRW – Human Rights Watch
- IDE – Investimento Directos Estrangeiros
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- INEFOP – Instituto Nacional de Formação Profissional
- INP – Instituto Nacional de Petróleos
- Kz – Kwanza
- JV – Joint Venture
- LNG (GNL) – Gás Natural Liquefeito
- MAPESS – Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social

MINARS – Ministério da Assistência e Reinserção Social

MINFIN – Ministério das Finanças

MINPET – Ministério dos Petróleos

MINPLAN – Ministério do Planeamento

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

OGE – Orçamento Geral do Estado

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Produtores de Petróleo

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PDG – Plano Director do Gás

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSA – Production Sharing Agreements

PWC – Price Waterhouse Coopers

SADC – Southern African Development Community (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)

SMP – Staff Monitored Programme

SONANGOL E.P – Sociedade Nacional de Combustível de Angola, Empresa Pública

UAN – Universidade Agostinho Neto

UCAN – Universidade Católica de Angola

UEA – União dos Escritores Angolanos

UNCTAD (CNUCD) - Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

UNICEF – United Nations Children’s Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

UEA – União dos Escritores Angolanos

U.E.A – União dos Escritores Angolanos

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

USD – United States Dollar

UTEC – Universidade de Tecnologia e Ciências

VIH/SIDA – Vírus de imunodeficiência humana/ Síndrome de imunodeficiência adquirida

1. INTRODUÇÃO

Matéria-prima estratégica, o petróleo, que está na génese de muitos conflitos, condiciona de forma significativa a vida quotidiana e o desenvolvimento e crescimento económico da comunidade internacional.

O período escolhido para abordagem e análise do trabalho situa-se entre 1975 e 2005, durante o qual ocorreram acontecimentos significantes, tais como a independência, a guerra civil entre outros.

Esse trabalho pretende desenvolver um estudo sobre o papel e contributo do sector petrolífero angolano, mais precisamente, Ministério dos Petróleos de Angola (MINPET), a Sociedade Nacional de Combustível de Angola, Empresa Pública (SONANGOL E.P) e companhias ou empresas multinacionais estrangeiras que operam em Angola, no desenvolvimento sócio-económico¹ do país.

Assim, fará sentido saber como é que a indústria petrolífera angolana pode promover o desenvolvimento sócio-económico em Angola. Pretende-se assim demonstrar que tal promoção passa por alimentar políticas públicas que sustentem políticas de desenvolvimento.

Ao longo do trabalho procurarei identificar e analisar, por um lado, a forma de sustento às políticas públicas que promovem ou possam promover políticas de desenvolvimento sócio-económico no país e, por outro, na resposta aos desafios e expectativas que se impõem a médio e longo prazo.

Em Angola, ainda existe alguma carência de estudos sobre o contributo e impacto do petróleo no desenvolvimento sócio-económico do país, razão que me levou a elaborar este trabalho. A investigação e me desse trabalho baseou-se em recolha de informação em fontes originais (MINPET, SONANGOL e algumas empresas multinacionais), revistas, periódicos e conversas com agentes do sector directamente ligadas ao tema em questão.

¹ Wojcikiewicz Sandro da Silveira, *Abordagem Sistémica para Diagnóstico da Vocação Competitiva e Desenvolvimento Micro regional - O Caso de Blumenau*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999, p. 8.

O período escolhido para o presente estudo é desde a independência até aos nossos dias (1975-2005), tendo em conta a crescente importância do petróleo que assumiu um papel altamente significativo na economia política de Angola, afectando não só o aspecto económico mas também o desenrolar e o desfecho da guerra. Ao ano de 2005 acrescentarei o de 2006 e 2007, isso porque o trabalho começou por ser investigado e desenvolvido em 2005, tendo a sua evolução em 2006 e seu final em 2007.

Voltando ao assunto anteriormente frisado de realçar os elementos fundamentais que projectaram o país numa nova era: o alcance da paz em 2002, facto fundamental e necessário para o desenvolvimento e crescimento económico do país; o aumento significativo da produção nacional do crude, acompanhado dos preços altos do petróleo no mercado internacional que traduziu em crescimento económico muito significativo do país.

O trabalho divide-se em 8 capítulos. Depois da breve introdução, segue-se o capítulo 2 que aborda a origem, evolução e estruturação do sector petrolífero angolano desde o período colonial até aos nossos dias, seu impacto e influencia na economia do país, ponto de grande relevância na medida em que a indústria necessitava de uma estrutura sólida, capaz de dirigir o sector. Nesse capítulo, serão abordadas as diferentes fases por onde passou o sector. O capítulo 3 fala do estado da economia angolana.

O diagnóstico sócio-económico do país pós-independência é desenvolvido no capítulo 4. O capítulo 5 é especialmente dedicado à problemática do papel e contributo da indústria petrolífera angolana no e desenvolvimento sócio-económico do país, iniciando-se com uma apresentação e identificação das políticas e programas do Governo para o país com particularidade no programa do sector petrolífero, onde se destaca o papel do MINPET, da SONANGOL e das empresas petrolíferas multinacionais que operam em Angola no quadro das responsabilidades sociais das mesmas. É nesse capítulo que foca o papel dos protagonistas do sector nas áreas sociais em que estão engajados.

O presente trabalho aborda ainda uma análise prospectiva do sector e dos desafios e expectativas, os mesmos encontram-se desenvolvidos nos capítulos 6 e 7

respectivamente, seguindo-se de uma conclusão geral no capítulo 8, regido pela lógica de análise das questões teóricas anteriormente descritos.

Para a pesquisa e/ou investigação mais abrangente desta tese, frequentei instituições nacionais ligadas ao sector e não só, capazes de fornecer elementos e pistas importantes, e necessárias, que servissem de contributo para a elaboração do presente trabalho.

O Centro de Documentação e Informação da SONANGOL:

- Revista Batuque - Revista da Total E&P Angola, Março, Luanda, 2006-2007;
- Revista da Total E&P Angola, Total E&P Angola. Pesquisa e Produção, Luanda. Fevereiro, 2007; e
- Revista SONANGOL, todos os números de 2005-2006, Editoras Execução Gráfica, Luanda e Editando, Lisboa.

O Centro de Documentação e Gabinete de Recursos Humanos do Ministério dos Petróleos de Angola:

- Relatório de Actividades do Sector Petrolífero, referente ao ano de 2005, Gabinete de Estudos e Planeamento, MINPET, Luanda;
- Relatório de Actividade do Sector 2000, Ministério dos Petróleos, Luanda, 2001;
- Revista Energia N.º70, “Dólar, Petróleo e Económica, Color Estúdio, Luanda, 2005.
- Revista Energia N.º71, “SADC – Oportunidade de Investimento na Energia”, Color Estúdio, Luanda, 2005;
- Revista Energia, “O Petróleo. Campo Dália Reforça Produção Petrolífera de Angola”, Editora Eurobrape, Luanda, 2007;
- Revista Energia N.º 65-66, Color Estúdio, Outubro-Dezembro Luanda, 2003;
- Revista Petróleo. “O Petróleo” MINPET, Lisboa, 1992; e
- Revista Petróleo N.º1, “Desenvolvimento de Actividade Petrolífera Nacional”, Editora Imagem, VIP, Soyo, 2003.

Instituto Nacional de Estatística:

- Pacheco, Fernando, A Questão da Terra para Fins Agrícolas em Angola, FAO, Luanda, 2002;
- Perfil Estatístico Económico e Social, 1992-1996, INE, Luanda, sem data;
- Perfil da Pobreza em Angola. Luanda, INE, Instituto Nacional de Estatística, Luanda, 1996; e
- Políticas de Redução da Pobreza: Procurando a Equidade e a Eficiência, Programa das Nações Unida para o Desenvolvimento, Luanda, 1999.

2. ORIGENS, EVOLUÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DO SECTOR PETROLÍFERO ANGOLANO

O conhecimento da existência de petróleo em Angola é de longa data. Os portugueses deram conta da existência de petróleo em Angola, através de relatos das populações indígenas de diversas zonas do território de algumas regiões do litoral de Angola, que utilizavam o petróleo viscoso e o betume como combustível. Estas ocorrências de petróleo despertaram o interesse das autoridades portuguesas nos primórdios do século XVIII².

Porém, a actividade de pesquisa de petróleo em Angola só considera-se ter início em 1910, com a atribuição da primeira licença para pesquisa de hidrocarbonetos que foi confinada à firma Canha e Formigal numa área de aproximadamente 114.000 Km², correspondente às áreas terrestres das bacias do Congo e do Kwanza. É com a concessão daquela licença para pesquisa que começa a história da exploração de petróleo em Angola. Paralelamente, a PENA (Companhia de Pesquisa de Minérios da Angola) e a SINCALIR dos EUA, também encontravam-se envolvidas em similares actividades. Este período, que irá se prolongar até 1936 é considerado o primeiro período³.

Porém todas aquelas actividades não conseguiram encontrar acumulações de reservas que lhes permitissem avançar para uma produção comercial⁴. Desse modo, a actividade foi suspensa em 1933 para ser retomada em 1952 pela Companhia de Combustível do Lobito (Purfina), que obteve uma concessão que viria marcar uma nova era na indústria petrolífera do país.

É a partir de 1952, que a indústria irá dar sinal de maior desenvolvimento, pois é nesse período que a primeira descoberta comercial será concretizada. Assim, o início da produção comercial acontece em 1955⁵, após 45 anos do início da actividade de

² Jorge Rebelo, “Contribuição Para a História da Indústria Petrolífera em Angola”, Trabalho Apresentado na Reunião da SPE-Secção de Angola, Lisboa, 1988, p.1.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

⁵ Tony Hodges, *Angola – Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, Principia, Cascais, 2002, p.190.

pesquisa pertencente à Missão de Pesquisa de Petróleo, Petrofina, responsável por descobrir em 1955 um pequeno jazigo a que deu o nome de Benfica.

Em 1961 foi criada a Companhia de Petróleo de Angola, COPA, que 3 anos mais tarde irá associar-se à, já mencionada americana, Sincalir Consolidated Oil Corporation, que assumiu a direcção dos trabalhos de perfuração de diversos poços. No entanto, a ascensão de Angola ao lugar de relevo que hoje ocupa como produtor, não só a nível do continente africano mas também a nível mundial, começou mais precisamente em 1966, quando após vários anos de insucesso no *onshore* de Cabinda a Cabinda Gulf Oil Company, efectuou nos finais de 1966 a descoberta dos importantes jazigos de Limba e Malongo no *offshore* da mesma área. Entre 1966 e 1975 houve uma revisão da política para a pesquisa de petróleo e decisão para uma maior participação da parte portuguesa na actividade de pesquisa, a par da atribuição de novas concessões *onshore* e *offshore* e formação de *joint-ventures*⁶ com a Total e a Texaco como operadoras. Situação que irá manter-se até à independência⁷

Na altura da independência a actividade petrolífera do país tinha uma expressão muito reduzida comparada com a que tem actualmente. Em 1975 operavam em Angola três Companhias: a Gulf Oil; a Texaco; e a Petrofina⁸ que detinham o monopólio do sector dos petróleos. A Petrofina era a única refinadora do país. Com o advento da independência em 1975, definiram-se novas orientações para a actividade de pesquisa e produção.

Em 1976 o governo angolano decidiu imprimir uma nova dinâmica no sector, criando a SONANGOL E.P., publicando uma legislação mais adequada ao exercício da actividade de petróleo no país. Mais tarde, a 26 de Agosto de 1978, é publicado o Decreto 13/78, que cria o Ministério dos Petróleos e vem assegurar, dirigir e controlar a reestruturação da indústria petrolífera com a Lei das Actividades Petrolíferas⁹. Foi o momento que marcou o início da reactivação da actividade de exploração em Angola pós-independência.

⁶ Tony Hodges, *Angola - Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, pp.195-196.

⁷ Raimundo Vilarés, *O Petróleo*, in *Revista Petróleo*, Lisboa, 1992, pp 3-7

⁸ Tony Hodges, *Angola - Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, p.195.

⁹ Morais Guerra, "Angola - Origens da Estruturação do Sector Petrolífero", in *Revista Energia*, n.º 65, Color Estúdio, Luanda, 2003, p.12.

O Decreto, na altura considerado a Lei Reguladora do Petróleo, orientava a prospecção, a pesquisa e exploração do petróleo e gás em Angola. Também determinava que os direitos das actividades anteriormente citados, incluindo desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos, são de exclusiva responsabilidade da SONANGOL. O Decreto ainda autorizava esta a associar-se a companhias estrangeiras para as actividades atrás referidas.

Com a independência, a indústria petrolífera angolana ganha nova dinâmica em todas as suas formas, e como resultado um grande número de empresas estrangeiras manifestaram interesse em desenvolver a sua actividade em Angola. A industria petrolífera angolana evolui então com determinação e segurança, fazendo com que Angola ocupe hoje um lugar de destaque como produtor a nível regional e mundial.

A evolução histórica do sector petrolífero em Angola, pode ser demarcada, segundo um critério jurídico-político¹⁰, o qual nos dá, dentro da lógica da evolução política e económica do país, dois períodos distintos: o da 1ª República e o da 2ª República.

Assim, o estudo e avaliação do passado terão como alvo os dois períodos, da 1ª e 2ª República, com análise mais concentrada na segunda, uma vez que é aí que se dão os acontecimentos mais relevantes para a sociedade angolana.

2.1. A estruturação na 1ª República

A 1ª República situa-se entre os anos de 1975 e 1992, tendo como marcos jurídicos, de início e final, a Lei Constitucional de 11 de Novembro de 1975 e a Lei Constitucional de 16 de Setembro de 1992.

Foi um período onde se vivia sob orientação de um Estado socialista de partido único e de uma economia de direcção central. Foi a época da materialização dos princípios do socialismo e das nacionalizações.

¹⁰ Morais Guerra, “Angola – Origens da Estrutura do Sector Petrolífero”, in Revista Energia, *Petróleo*, Nº 65, Color Estúdio, Luanda, p. 11.

O sector dos petróleos não fugia às regras, pelo que apontava-se no sector para a nacionalização dos meios de produção existentes, tanto por via da constituição como através da criação de novas empresa estatais.

A estruturação da organização económica petrolífera estatal foi protagonizada, por uma Comissão Nacional de Reestruturação do Sector de Petróleos, que teve a tarefa de elaborar estudos e analisar medidas e soluções a propor ao Governo pela vertente empresarial e pela vertente da administração pública tutelar¹¹.

Assim, resultou uma Administração pública que, organizada originariamente por simples Comissões, actuava segundo as regras administrativas dominantes. A já referenciada Comissão Nacional de Reestruturação, bem como a Comissão de Coordenação e Controle de Petróleos, de composição mista, integrando representantes das finanças, banca e petróleos. Após estas seguiu-se a Direcção Nacional dos Petróleos¹², em 1977, com o Fundo de Compensação de Combustível¹³, já de si herdado da época colonial e sob tutela inicial do Ministério da Indústria e Energia, hoje transformado em Ministério dos Petróleos.

A constituição da SONANGOL em 1976 foi o marco pioneiro e do princípio da Angolanização (processo que visa não só substituir alguns profissionais estrangeiros por nacionais nas empresas privadas, como também melhorar as condições sociais dos mesmos) da actividade petrolífera nacional¹⁴. O princípio da Angolanização da actividade petrolífera tem, porém, âmbitos objectivos e subjectivos de desenvolvimento diversificados, aos quais voltaremos mais adiante.

2.2. A estruturação na 2ª república

A 2ª República decorre desde 1992, com o ponto marcante na chamada Lei Constitucional de 26 de Setembro de 1992¹⁵, que é o período ainda em curso no país. O

¹¹ Morais Guerra, “Angola – Origens da Estruturação do Sector Petrolífero”, 2003, p. 11.

¹² Fazendo hoje parte do Ministério dos Petróleos.

¹³ Morais Guerra “ Angola – Origem da Estrutura do Sector Petrolífero”, p.12

¹⁴ *1º Encontro Metodológico Sobre a Problemática: Colocação de Mão-de-Obra Nacional na Indústria Petrolífera Angolana*, Gabinete de Recursos Humanos, MINPET, Luanda, 2004, p.16

¹⁵ Hodges Tony, *Angola do Afro – Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, p. 30.

termo final antevê-se, possivelmente, com a realização das futuras eleições gerais no país e entrada em vigor de uma nova Constituição.

Neste período destacam-se alguns pontos relevantes inerentes às linhas fundamentais da organização geral do Estado, com particular atenção para a ordem jurídica da economia cujo processo geral de flexibilização culminou nos nossos dias numa progressiva liberalização económica¹⁶. Assim, são eles:

- Consagração do estado de direito e da democracia.
- Consagração da economia de mercado e seus inerentes princípios da propriedade privada e da livre iniciativa privada.
- Manutenção do princípio da intervenção do Estado na economia, sob as suas mais diversas modalidades directas e indirectas, o que equivale a dizer que o Estado assume um papel dirigente da economia, do qual se esperam acções não só de direcção e regulação da economia de mercado como do fomento da mesma.
- Consagração e aplicação dos diversos instrumentos pressupostamente tidos para servir a implementação da economia de mercado, tais como as privatizações e actividades económicas que deixam de estar reservados às empresas públicas.

Concluindo, no quadro daquilo que foi abordado nesse capítulo, ou seja, as origens da estruturação do sector petrolífero angolano, podemos dizer que a 1ª República constituiu o início dum processo evolutivo que, passando pela 2ª República ainda em curso, culminará naquela que virá a ser a 3ª República.

Ao longo de várias décadas, a exploração de petróleo em Angola teve períodos de evolução e desenvolvimento diferentes, bem caracterizados pelos meios técnicos e

¹⁶ Hodges Tony, *Angola do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, pp. 29-30.

financeiros utilizados, pela orientação política e por sucessos e insucesso que determinam a actividade desenvolvida.

O sector petrolífero tem sido a indústria mais activa em Angola, operando com sucesso e atraindo o investimento estrangeiro durante décadas. As receitas do petróleo continuam a representar uma parte significativa do PIB e das receitas do Estado. O sector procura ainda, continuar a uniformizar acordos futuros, fortalecer e clarificar o papel dos diversos intervenientes da indústria. Razão pela qual o Governo procurar garantir que o regime jurídico confira estabilidade suficiente aos contratos existentes para continuar a atrair investimento estrangeiro no sector e no país em geral.

A indústria petrolífera teve a sua evolução fora das estratégias da economia de Angola independente, nas estratégias do passado colonial. Afirmando-se como um sector de continuidade, desenvolveu-se de uma forma geral incorporado na economia internacional e de fora da lógica da economia nacional¹⁷.

A indústria petrolífera do país é predominantemente offshore e gera ainda poucos empregos, ou melhor, insuficientes de acordo com o pretendido pelo princípio da Angolanização. Seja como for, o Estado angolano está fortemente dependente dessa indústria, pois cerca de 80 a 90 % da sua receita fiscal e mais de 90% das suas exportações tem origem nesse sector¹⁸.

Contudo o sector depara-se com problemas como: a ausência de infra-estruturas básicas e capacidade económica; a maioria dos equipamentos e serviços são importados; por não existir pessoal suficiente com capacidade e formadas nas áreas necessárias à indústria a solicitarem emprego, o sector aposta e gasta muito com formação no exterior e interior do país.

¹⁷ Cornélio Caley, “Evolução do Sector Petrolífero em Angola”, in Revista Sonangol, apostar na *Responsabilidade Social. Bloco 10 em Fase de Exploração*, II Série – n.º 11, Editando, Lisboa, 2005, pp. 32-33.

¹⁸ “30 Anos da Independência de Angola”, in Semanário Expresso, N.º 1723, (Secção de Economia), Lisboa, 2005.

Desde a independência de Angola aos nossos dias, tem vindo a verificar-se um aumento significativo e constante da produção petrolífera. Em Março de 2007 Angola produzia cerca de 1. 400.000 b/d¹⁹.

Portanto, para termos uma ideia da dimensão da produção, em 2000 as reservas oficialmente comprovadas do país eram já de 5640 milhões de barris por dia, o suficiente para continuar a extrair petróleo, ao ritmo actual de produção, durante quase 17 anos. Por outro lado, as reservas estimadas do país ascendem a 12 300 milhões de barris, ou seja, o equivalente a 38 anos de produção ao mesmo nível²⁰.

No primeiro semestre de 2002, a produção em Angola ultrapassava já os 900 000 barris por dia (b/d) (MINPET, 2007), o que colocava o país, no segundo maior produtor de petróleo da África Subsariana, a seguir à Nigéria²¹.

O aumento da produção petrolífera do país tem a ver com o elevado número de jazidas descobertas, que se encontram à espera de investimentos para posterior desenvolvimento. Calcula-se que a produção duplique antes do final da década, alcançando dois milhões b/d²².

A esse ritmo, Angola aproximar-se-ia do nível de produção da Nigéria e a longo prazo não seria surpresa se Angola ultrapasse a Nigéria e se tornar no maior produtor da África Subsariana, o que teria enormes vantagens para o país e para o rendimento per capita.

Todo este aumento de actividade, de investimento e de descobertas de reservas petrolíferas ocorreu numa altura em que o país atravessava um longo e sangrento período de guerra. Com o fim do conflito antevê-se agora uma época de crescimento e desenvolvimento socio-económico para o país e para a população em particular.

¹⁹ MINPET, Luanda, 2007.

²⁰ Tony Hodges, *Angola – Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, pp. 191-192.

²¹ A Nigéria produzia cerca de dois milhões de barris diários em 2000.

²² MINPET, Luanda, 2007.

2.3. Influência e impacto do petróleo na economia do país

No período pós-independência, o petróleo assumiu um significado excepcional na economia política de Angola. A indústria petrolífera é o único sector dinâmico da economia e tem um impacto enorme e significativo no crescimento e desenvolvimento económico do país.

Mas infelizmente o sector petrolífero em Angola gera ainda relativamente poucos empregos para os angolanos.

A contribuição líquida do sector para a balança de pagamentos tem correspondido a cerca de metade do valor global das exportações de petróleo²³, isto, devido à subida dos preços internacionais do petróleo. No entanto, mesmo em termos puramente económicos, o petróleo apresenta alguns inconvenientes ou riscos.

Um dos problemas que se apresenta é a excessiva dependência de Angola deste recurso, ficando perigosamente exposta às fortes flutuações de preços que afectam o mercado petrolífero²⁴. Nas duas últimas décadas, o sector petrolífero tornou-se sem dúvida no único sector dinâmico da economia angolana, ao mesmo tempo que a estagnação ou a decadência do resto da economia foram ampliando a dependência do país em relação ao petróleo. Esse tem sido o seu impacto negativo no desenvolvimento de outros sectores da economia. Os outros sectores quase que não se fazem sentir. Pelo que se defende uma maior intervenção do Estado consubstanciando-se na atribuição de mais verbas provenientes do sector petrolífero, a serem canalizadas em outros sectores da economia.

O petróleo constitui para o povo angolano um recurso transmissor de confiança, segurança ou tranquilidade, de que o futuro lhes reserva uma melhor vida e que o país poderá sair da situação em que se encontra num futuro breve e alcançará o tão desejado crescimento e desenvolvimento económico. Os angolanos sentem-se orgulhos por

²³ *Boletim Estatístico*, n.º 8, BNA, Luanda, 1998/1999.

²⁴ De Menezes Bruzaca Aires, *O Petróleo no Contexto Macro-económico*, (extracto da tese sobre implicações sócio-económicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe), Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, sem data.

estarem entre os países mais ricos em termos de recursos naturais, muitos ainda por explorar.

Em todos os aspectos, o Estado habituou-se fortemente a viver das receitas do petróleo, que é, em última análise, um recurso não renovável, embora as reservas do país prometam muitos mais anos de produção. No entanto, o país não pode correr o risco de esgotar esse recurso, sem extrair deles benefício a longo prazo.

3. UM OLHAR SOBRE O ESTADO DA ECONOMIA ANGOLANA

A economia angolana tem vindo a crescer de forma satisfatória, facto que leva a crer que Angola está no bom caminho rumo ao progresso, crescimento económico. Esse crescimento surge numa altura, em que país precisa de resolver a situação sócio-económica, de forma a minimizar o sofrimento da maioria da população, através da melhoria das condições de vida.

De acordo com o FMI, estimava-se que no ano de 2006 ocorreria um crescimento económico na ordem dos 15% do Produto Interno Bruto e entre 2007-2010 uma taxa de crescimento de 13%, em razão do aumento da produção do petróleo na ordem de 1,4 milhões de barris diários para 2 milhões²⁵.

Paralelamente a toda a actividade de pesquisa e produção, o Estado angolano através das receitas do petróleo e das empresas petrolíferas tem levado a cabo acções para a melhoria das condições sócio-económicas das populações. Essas acções estão patentes nos seus Programas Bienais do Governo, que identifica as bases gerais da programação económica.

As perspectivas económicas para os próximos anos são fortemente alimentadas com a prevista subida da produção de petróleo para dois milhões de barris diários, já em finais de 2007.

Com o advento da paz, a economia angolana, cada ano que passa, vai ganhando mais velocidade. Entre 2005 e 2007 registaram-se as maiores taxas de crescimento da economia angolana²⁶.

A alta do petróleo, a par da paz, está a permitir o desenvolvimento de outros sectores da actividade económica que se encontravam outrora estagnados. Por exemplo uma das áreas em progresso em Angola é o sector bancário onde o dinamismo se expressa quer pela emergência de novos bancos, quer pelo papel acrescido em termos de

²⁵ “ 30 Anos de Independência de Angola”, in Semanário Expresso, nº. 1723 (Secção de Economia).

²⁶ Ibidem.

intermediação financeira, consubstanciado no facto do crédito ao sector privado corresponder já cerca de 50% dos recursos captados sob a forma de depósitos²⁷.

Um dos factores inerentes ao bom ritmo da economia de Angola tem sido o Investimento Directo Estrangeiro. Em 2005 Angola estava colocada no quarto lugar do ranking mundial da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) para captação de IDE²⁸, não falando dos muitos projectos financiados pelo Banco Mundial e outras instituições internacionais.

A linha de crédito avaliada em cerca de 2 mil milhões de dólares que a República Popular da China abriu (valor que poderá ser superior, tendo em conta a forma rápida com que a China tenciona se estabelecer no mercado angolano), vai permitir a implementação de projectos de recuperação sobretudo de infra-estruturas na área de transportes²⁹.

Ao longo dos últimos anos, Angola aparece destacada nos lugares cimeiros entre os países africanos receptores do investimento directo estrangeiro, com grande destaque para o sector petrolífero e àqueles ligados a ele.

Uma vez que o petróleo é uma fonte esgotável o país não deve só contar com este precioso recurso para alcançar os objectivos desejados. O problema que se coloca aqui, incide na forma como o petróleo pode dinamizar os restantes sectores da economia. De facto, é uma questão com enorme relevância que merece uma profunda reflexão e discussão entre os agentes nacionais intervenientes na economia angolana, tais como agentes do poder político e económico, agentes da indústria petrolífera do país e ainda a Sociedade Civil Angolana.

Actualmente, a economia angolana é ainda baseada nos recursos naturais com particularidade nos diamantes e sobretudo no petróleo. Por conseguinte, pensamos que

²⁷ Banco de Portugal, Lisboa, 2005.

²⁸ “ 30 Anos da Independência de Angola”, in Semanário Expresso, nº 1723, (Secção de Economia), Lisboa, 2005.

²⁹ Ibidem

se deve fazer funcionar outros sectores da economia por via de uma alteração especializada e que a indústria petrolífera seja o suporte desse processo.

Em Angola defende-se cada vez mais a tese que defende uma presença mais significativa dos angolanos na indústria transformadora e nos serviços, factor fundamental na criação de pilares sólidos de consolidação dos grupos empresariais nacionais. O desenvolvimento económico e empresarial de Angola terá de ser realizado em primeiro plano a partir dos próprios empresários angolanos. Calcula-se ser este um dos grandes desafios da actualidade para a economia angolana.

O plano de relançamento da produção agrícola e industrial, para substituir as volumosas importações e gerar emprego, começa lentamente a dar os seus resultados e a economia não petrolífera começa a ganhar espaço.³⁰

Como oportunidades gerais para o crescimento económico em 2007-2008 destacam-se³¹:

- a paz e o processo de reconciliação nacional em curso;
- a consolidação do processo de estabilização macroeconómica;
- as excelentes desempenhos em 2005 e a atracção do investimento privado pelo País;
- o programa de re-infraestruturação do País em execução;
- o relativo reequilíbrio populacional no território nacional;
- a melhoria significativa da situação das Finanças Publicas
- a disponibilidade de linhas de crédito;
- a criação do Banco de Desenvolvimento de Angola; e
- Início de funcionamento do mercado de capitais e bolsa de valores.

Prevalecem, no entanto, algumas ameaças ao processo de reconstrução, tais como a volatilidade dos preços do petróleo; a criação da Zona de Livre Comércio na SADC (que pode, também, ser vista como uma oportunidade, em particular, para os sectores de actividade mais dinâmicos e competitivos; a taxa de pobreza da população;

³⁰ *Programa Geral do Governo – Extensão Para o Biénio 2007-2008*, GURN, Luanda, 2006. pp. 4-11.

³¹ *Programa Geral do Governo – Extensão Para o Biénio 2007-2008*, p. 8.

apesar da provável redução ocorrida em 2005, ainda apresenta valores bastante aquém das metas do milénio; e a falta de um sistema integrado de transportes internos.

Segundo um Relatório da Comissão Económica das Nações Unidas para África, sobre a evolução económica de África no ano de 2006, a economia de Angola encontra-se entre as dez melhores do continente africano³².

A estabilidade da economia angolana não se deve apenas ao aumento das receitas do petróleo bruto, mas também ao aumento do investimento estrangeiro directo, política monetária sustentada e uma gestão macroeconómica adaptada à conjuntura, de acordo com o relatório. Os efeitos do bom desempenho económico do país, ainda segundo o documento, já se fazem sentir na prática, embora se reconheça ainda de forma tímida, devido aos factores estruturais perfeitamente compreensíveis como é o caso da guerra.

Seja como for, a tendência da economia é crescer e o futuro dela está sobretudo nas mãos dos próprios angolanos, de quem muito dependerá a forma como os seus recursos serão geridos.

³² Jornal de Angola/Angola Press, 6 de Junho de 2007.

4. DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÓMICO PÓS-INDEPENDÊNCIA

O conflito armado em Angola teve consequências graves em todos os domínios da vida da sociedade angolana. Grande parte da população rural foi deslocada, facto que originou uma altíssima taxa urbanização. A moral das populações entrou em declínio. Grande parte das infra-estruturas ficaram, se assim posso dizer, completamente arrasadas, danificadas ou deixadas ao abandono. As minas estão espalhadas quase por todo lado das zonas rurais, o que constitui obstáculo ao desenvolvimento da actividade agrícola

Uma excepção formidável e notável nesse quadro negro tem sido a indústria petrolífera, que beneficiou, na sua qualidade de principal meio de financiamento do Estado e da guerra, de políticas governamentais pragmáticas, visando captar investimento estrangeiro, suportar o fardo pesado de inúmeros problemas nacionais, etc. A par da indústria petrolífera juntou-se a diamantífera, embora com menor grau de protagonismo continuou também a ser uma fonte importante de riqueza.

Porém, nos últimos anos, Angola tem apresentado quase como que um quadro paradoxo, entre a coexistência de uma imensa riqueza em recursos naturais e o colapso económico e a dissolução social.³³

Nas duas décadas e meia que se seguiram à independência, Angola sofreu profundas mudanças sociais, assistindo-se a estrondosas movimentações para às zonas urbanas. Este processo foi acentuado por grandes vagas de populações deslocadas das zonas rurais em consequência da guerra.

Assim, podemos dizer que, as imensas convulsões populacionais relacionadas com a guerra e transição de tipo de economia transformaram a sociedade angolana.

Não será possível apresentar alguns dos números em termos estatísticos, uma vez que a produção de informação estatística no país ainda é incipiente, devido à

³³ Tony Hodges, *Angola – Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, pp. 17-22.

escassez de recursos financeiros, materiais e humanos, segundo o próprio director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE), Flávio Couto³⁴.

O quadro social que a sociedade angolana apresentava nos anos que se seguiram à independência, e mesmo à luz dos dias de hoje é negativo, sobretudo marcado pelo empobrecimento de uma grande parte da população. Embora o petróleo dê ao país um rendimento satisfatório, a maior parte da população ainda vive em situação de extrema pobreza. É insuficiente o que das receitas do petróleo chega à maioria da população.

Nas zonas rurais, anos de guerra reduziram os camponeses a um nível de mera subsistência, vivendo muitos deles com os apoios humanitários. Nas zonas urbanas, onde a população aumentou com o êxodo rural e a elevada taxa de crescimento populacional, a economia tem sofrido uma estagnação profunda quase sem interrupção desde o período de transição para a independência, em 1975. O desemprego, que aparece muitas vezes disfarçado de sub-emprego, é generalizado³⁵.

Com o declínio do sector formal da economia e dos baixos salários na Administração Pública, a maior parte da população urbana depende, para sobreviver, de empregos e rendimentos no sector informal³⁶. Este sector, que começou por se desenvolver, em meados da década de 1980 sob a forma de uma economia clandestina no tempo do planeamento centralizado, proliferou nos anos 90 e tornou-se na principal fonte de emprego para a força de trabalho urbana em rápida expansão.

O sector é constituído principalmente por actividades de muito pequena dimensão e de tipo comercial, ao invés de produtivo. Apesar da sua imagem de grande dinamismo, o sector informal ainda está pouco desenvolvido, quer em termos de ramos de actividade, em tamanho das micro-empresas e em níveis de capital investido. A grande maioria dos participantes no sector trabalha por conta própria. Com efeito, o emprego no sector informal tornou-se na principal fonte de rendimento,

³⁴ Jornal de Angola, Luanda, 4 de Outubro, 2006.

³⁵ *Angola – Objectivos do Desenvolvimento do Milénio 2005*, Governo de Angola e PNUD, Luanda, 2005, pp. 9-12.

³⁶ , Mário Adata, “*Contribuição para o Conhecimento do Sector Informal em Luanda, Angola*”, estudo não publicado, Luanda, 1997, pp. 12-14.

complementando os baixos salários do sector público numa estratégia de sobrevivência baseada na diversificação de rendimentos.

Não há virtualmente nenhum apoio social formal para os carenciados, a não ser a ajuda humanitária fornecida por doadores internacionais, através das ONG e algumas organizações ou associações nacionais. Em consequência das pressões que sofrem as famílias pobres no meio urbano sobre a sua capacidade para enfrentar as dificuldades da vida quotidiana, começaram a surgir problemas sociais novos, aparentemente desconhecidos em Angola até princípios da década de 1990. Um deles é o fenómeno crescente das crianças que saem de casa para viver nas ruas.

A pobreza não pode ser definida apenas em termos de rendimento familiar. A pobreza implica também a negação de direitos sociais e económicos básicos que, noutras circunstâncias, seriam garantidos por serviços públicos, se não fossem acessíveis através do mercado³⁷. Uma dimensão crucial da pobreza em Angola, é o estado de degradação dos serviços públicos em sectores como a educação e a saúde. Estes serviços começaram a deteriorar-se desde o início da década de 1980, em termos quer de cobertura, quer de qualidade, devido à falta de orçamentos adequados, ao decréscimo da capacidade institucional, aos efeitos devastadores da guerra na prestação de serviços nas zonas rurais e a uma cada vez maior pressão populacional, sobretudo nas cidades, agravada ainda pela falta de habitações, que faz com que as populações agissem pela única via alternativa que resta a construção anárquica, e desta forma transformar a capital do país, numa grande aldeia³⁸.

Em consequência dos problemas acima citados, os indicadores sociais de Angola situam-se entre os piores do mundo. Em 2004, Angola figurava em 166º lugar na edição do Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, um índice construído com base em indicadores de longevidade (ou esperança de vida), escolaridade e nível de vida³⁹.

³⁷ *Perfil da pobreza em Angola*, INE, Instituto Nacional de Estatística, Luanda, 1996, pp.3-6.

³⁸ *Estratégia de Combate à Pobreza*, Direcção de Estudos e Planeamento, MINPLAN, Ministério do Planeamento, Luanda, 2004, pp.-9-14.

³⁹ *Relatório de desenvolvimento Humano 2004*, PNUD, Nova York, 2004, (edição portuguesa de Mensagem, Serviço de Recursos Humanos), Lisboa. P. 143.

Esta situação reflecte às más condições de vida de uma grande parte da população em termos de acesso a recursos e serviços, sobretudo nas áreas com maior densidade populacional.

O colapso dos serviços de saúde, a insuficiente e má alimentação, as fontes de água não potável e a rápida urbanização sem acompanhamento, num contexto de falta de planeamento urbano e de investimentos adequados em infra-estruturas urbanas, contam-se entre os principais factores que fizeram e fazem aumentar o risco de doença.

As principais causas de mortalidade foram e continuam a ser a malária, as infecções diarreicas e respiratórias agudas, as doenças evitáveis por vacinação (como o sarampo) e a subnutrição.

Ameaçando sobrepor-se àqueles problemas sanitários tradicionais, surgiu o espectro do VIH/SIDA, que pode vir a ser, nos próximos anos, a mais séria das ameaças à saúde e ao bem-estar dos Angolanos, como acontece já na maior parte da África Austral. A prevalência do VIH não é ainda tão grande como, por exemplo, na África do Sul, no Botsuana, em Moçambique, e na Zâmbia, talvez por Angola ter estado menos integrada na região, sobretudo no que respeita a transportes e migrações. Mesmo assim, o vírus já está fortemente implantado e alastra rapidamente. O problema é sério e, caso não se faça um sério combate prevê-se que a situação venha a ter sérios efeitos na economia e que se torne num obstáculo à recuperação pós-guerra e ao desenvolvimento a longo prazo, ou seja ao causar a morte de muitos dos relativamente poucos profissionais qualificados do país, o VIH/SIDA poderá vir a aumentar ainda mais a enorme falta de pessoal qualificado em Angola, que é um dos principais factores de entrave ao desenvolvimento económico e social.

No que concerne à educação, no sentido de inverter o quadro negativo, o Governo pós-independência deu grande prioridade ao alargamento do acesso à educação e disso resultou um impressionante aumento do número de matrículas nas escolas na segunda metade da década de 1970. Contudo, esse aumento não foi acompanhado por investimentos adequados nomeadamente infra-estruturas educacionais e a melhoria da formação dos professores. O resultado foi uma grave

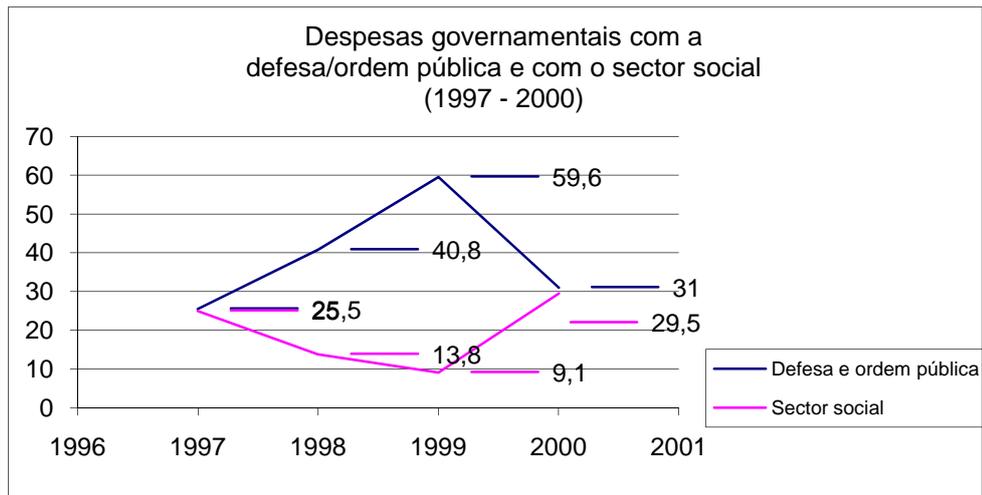
quebra de qualidade. A juntar-se ao problema estava o alastramento e intensificação da guerra. Desse modo, as taxas de escolarização são significativamente baixas⁴⁰.

Não existem dados fidedignos sobre o analfabetismo dos adultos em Angola. O analfabetismo não só priva grande parte da população dos seus direitos sociais e culturais básicos, mas também, ao limitar e diminuir o capital humano, é um dos principais obstáculos ao crescimento e ao desenvolvimento.

A principal razão pela qual o Governo no seu OGE (Orçamento Geral do Estado) penalizava os sectores sociais, como é evidente, deveu-se e justificou-se sempre ao factor guerra. As despesas com a defesa e segurança merecem ser sublinhadas como razões fundamentais do declínio destes serviços públicos.

É difícil fazer uma análise rigorosa das despesas públicas devido à falta de dados abrangentes sobre a execução orçamental. Mas, o gráfico a baixo desenhado revela que a fatia dos sectores sociais como, a educação, saúde, segurança social, assistência social e habitação reduziu significativamente no período de reacendimento da guerra em 1998, altura na qual se registou um grande aumento nas despesas com a defesa. Em 1999, a defesa e a ordem pública contaram com cerca de 60% das despesas registadas e classificadas, seis vezes mais do que a parte das despesas destinadas ao sector social, 9%. No entanto, em 2002, ano de relativa estabilização da guerra e de um forte aumento das receitas petrolíferas, revelou-se um maior equilíbrio na distribuição dos recursos, em benefício do sector social.

⁴⁰ Tony Hodges, *Angola – Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, pp. 61-64.



Fonte: FMI, 2002.

Resumindo, o desenvolvimento social em Angola é caracterizado claramente por um empobrecimento sério da maioria dos angolanos. Os angolanos estão numa situação em que a esperança é fundamental.

5. O PAPEL E CONTRIBUTO DO SECTOR NO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO

Após uma breve síntese da história do desenvolvimento dos agentes económicos tais como ministério do Petróleo e SONANGOL, e da situação da sociedade Angolana, pós-independência, vamos abordar o tema mais complexo, contudo, muito importante, alias aquilo que é parte fundamental desta tese, o papel e contributo da indústria petrolífera angolana em melhoramento da vida sócio-económica deste país. Essa responsabilidade é ainda hoje em Angola, uma matéria de domínio e responsabilidade do Governo, ou seja, é o Estado quem controla e dirige a indústria petrolífera.

5.1. Políticas e programas do Governo para o país

As políticas e estratégias para o desenvolvimento do país estão expostas e delineadas num documento oficial intitulado “Programa Geral do Governo”⁴¹ que, enumera um conjunto de objectivos gerais, onde se destacam a consolidação da paz, da reconciliação nacional e a edificação das bases para a constituição duma economia nacional integrada e autosustentada. A recuperação da produção nacional é o núcleo central de articulação do Programa.

O Programa, define ainda como prioridade a melhoria das condições sociais da população. Os resultados positivos que se alcançarem com a recuperação da economia irão, assim, aumentar os efeitos dos investimentos públicos feitos nas áreas de infra-estruturas e serviços sociais de natureza diversa.

Portanto, o Programa Geral do Governo, é um programa intercalar, podendo assim dizer, que procura atender às carências mais importantes das populações, a reabilitação das infra-estruturas económicas para recuperação da produção interna e o lançamento das bases para a sua implementação.

Os objectivos fundamentais que o governo se propõe combater com rigor e determinação e ver alcançado, uma vez garantida a paz e estabilizado o ambiente

⁴¹ *Programa Geral do Governo – Para o Biénio 2005 – 2006*, GURN, Luanda, 2004, pp. 4-5.

político-democrático, são a consolidação do processo de reconstrução da economia, o combate à fome e à pobreza e a promoção da estabilidade social (elementos fundamentais para a promoção do desenvolvimento). Serão estas as vias para se traduzir em condições concretas os dividendos da paz e a reconciliação nacional⁴².

Sendo objectivos de médio/longo prazo, o seu alcance será o resultado de um processo dinâmico, que, para além de incluir várias etapas, inclui também diferentes domínios de intervenção económica e social do Estado, desde a estabilização macro-económica, passando pelo relançamento da actividade económica e produtiva, abarcando, ainda, o reforço da autoridade do Estado e pelo desenvolvimento do sector privado. É de notar no entanto, que o cenário mais evidente da recuperação económica que necessariamente a situação de paz deve propiciar o do aumento da produção do sector não petrolífero. É este aumento da produção que estimulará e promoverá o emprego e gerará rendimentos para as famílias mais pobres e outros aspectos sócias.

Assim, é necessário que se criem condições fundamentais que tornem sustentável e irreversível o crescimento da indústria petrolífera angolana e assim um aumento do PIB de forma a melhorar os indicadores sócio-económicos. Os resultados positivos que se alcançarem com a recuperação da economia irão ampliar os efeitos dos investimentos públicos feitos nas infra-estruturas e serviços sociais de natureza diversa.

Como foi anteriormente frisado, o Programa Geral do Governo é um Programa Intercalar, que tem procurado atender às carências mais importantes das populações, reabilitar as infra-estruturas económicas, recuperação da produção interna e lançar as bases para a implementação do plano de médio prazo a ser elaborado com base na estratégia de desenvolvimento de longo prazo (onde consta as políticas e estratégias de todos os sectores da economia angolana), e o mesmo é fortemente sustentado pelo sector petrolífero, uma vez que o orçamento do país é quase na totalidade constituído das receitas provenientes daquele sector.

⁴² *Programa Geral do Governo – Extensão Para o Biénio 2007-2008*, GURN, Luanda, 2006, p. 5.

As condições sociais, por exemplo, da população determinada pela capitação do PIB, ainda não revelaram as alterações profundas que são de esperar numa situação de paz e de estabilidade política. Por isso, o Governo elegeu o domínio social como um dos mais importantes dos orçamentos dos últimos anos⁴³.

A política social do Governo é justamente, orientada no sentido da valorização dos recursos humanos, através da melhoria da prestação dos serviços de educação, saúde e assistência social e pela vertente da política de rendimentos e preços.

Contudo, não será tarefa fácil alcançar os resultados pretendidos. Serão necessários enormes esforços e sacrifícios. Como sempre frisei, a grande responsabilidade na resolução de inúmeros problemas caberá à indústria petrolífera por razões também já adiantadas.

A seguir, apresenta-se o programa do sector dos petróleos⁴⁴, no âmbito do Programa Geral do Governo para o Biénio 2005-2006 e 2007-2008⁴⁵, cujo aspecto central a destacar no Programa Geral do Governo – Extensão para o Biénio 2007-2008 tem a ver com o seu cariz de continuidade, relativamente ao de 2005-2006 ou seja, o processo de reconstrução económica e a melhoria dos indicadores sociais das condições de vida da população é demorado e complexo, daí que pretende-se que sejam consolidados, por intermédio de um conjunto de acções e de projectos que concorram para a criação de outros fundamentos económicos, para lá da economia mineira. As prioridades continuam a ser as mesmas ou seja, reconstrução, combate à pobreza, à fome e a promoção da estabilidade social

⁴³ *Programa Geral do Governo – Extensão Para o Biénio 2007-2008*, p. 5.

⁴⁴ *Programa Geral do Governo para o Biénio 2005-2006*, p. 10

⁴⁵ *Programa Geral do Governo – Extensão Para o Biénio 2007-2008*, p. 4.

5.2. O programa da indústria petrolífera

5.2.1. Objectivos

O programa da indústria petrolífera para o biénio 2005/2006, tendo em vista uma maior e melhor racionalidade económica do sector, definiu os seguintes objectivos a atingir⁴⁶:

- 1) introdução de melhorias significativas aos níveis da pesquisa, desenvolvimento e produção do petróleo bruto e do gás e da sua comercialização, quer no mercado interno quer no externo;
- 2) preparação e actualização da regulamentação do exercício da actividade petrolífera;
- 3) qualificação dos recursos humanos do sector;
- 4) implementação de uma política de promoção da participação dos empresários angolanos no sector com o objectivo de alargar a base industrial do país, designadamente em áreas menos exigentes em recursos tecnológicos e financeiros;
- 5) aprofundamento técnico-económico das potencialidades de extensão da cadeia de valor da indústria petrolífera;
- 6) alargamento da comercialização a todo território nacional de combustível; e
- 7) redução dos desperdícios, com relevo para os derrames.

⁴⁶ *Programa Geral do Governo Para o Biénio 2005-2006*, pp.13-15.

5.2.2. Políticas e Medidas de Política

Com vista a prosseguir os objectivos anteriormente definidos foram adoptadas as seguintes linhas de acção⁴⁷:

- a) alargamento das pesquisas às bacias interiores e cessação das prorrogações dos períodos de pesquisa, de forma a permitir que a SONANGOL P&P (Pesquisa e Produção) exerça o papel de operadora como instrumento de diversificação das companhias a operar no país;
- b) optimização dos custos de investimento em pesquisa e desenvolvimento, através do uso de novas e comprovadas tecnologias;
- c) reabilitação ou desenvolvimento de parques de stockagem de combustível, a expansão da rede de revenda de lubrificantes, gás butano e propano e a potenciação de sinergias entre vários Ministérios e Governos Provinciais;
- d) actualização do Plano Director do Gás (PDG) durante 2005 e implementação dos projectos para o aproveitamento do gás associado;
- e) reforço das instituições do sector, bem como a elaboração de um plano estratégico de formação e gestão de recursos humanos;
- f) elaboração e implementação de um plano nacional de contingência contra os derrames;
- g) início de construção da nova refinaria e o desenvolvimento do projecto Angola LNG (Gás Natural Liquefeito); e

⁴⁷ Programa Geral do Governo para o Biénio 2005-2006, p. 14

- h) alargamento da comercialização a todo o território nacional de petróleo iluminante, particularmente para satisfazer as necessidades da pesca e da agricultura.

Dada a sua natureza intercalar, o Programa Geral do Governo – Extensão 2007-2008 apresenta algumas características específicas, donde se destacam⁴⁸:

- o pragmatismo, e a simplicidade;
- a operacionalidade;
- a articulação com o programa em curso, sendo dele uma extensão; e
- criação das bases metodológicas e operacionais de articulação com o Plano de Médio Prazo 2009-2013.

5.3 Criação, papel e contributo do Ministério dos Petróleos

O Ministério dos Petróleos foi criado em 1978 com a Lei das Actividades Petrolíferas, ou seja, a Lei nº 13/78. O Ministério dos Petróleos de Angola, também designado abreviadamente MINPET, é o Órgão da Administração Central do Estado que tutela o sector petrolífero, sendo assim, o responsável da política nacional inerente à actividade do sector dos petróleos. O Ministério dos Petróleos constitui o órgão responsável pela directiva da actividade petrolífera em Angola⁴⁹.

O MINPET internamente tem como parceiros directos no sector petrolífero a SONANGOL e as demais companhias petrolíferas estrangeiras do sector que operaram em Angola.

O bom cumprimento dessas políticas, tendo em conta o objecto social e os objectivos para a qual o Ministério foi criado passa necessariamente pela existência de um órgão controlador dinâmico e tecnicamente constituído, para que desse modo os instrumentos reguladores das políticas já referidas possam ser cumpridos pelos órgãos tutelados pelo Ministério dos Petróleos.

⁴⁸ *Programa Geral do Governo – Extensão 2007-2008*, p.5

⁴⁹ “Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos”, Diário da República, Jornal Oficial da República de Angola, Série – Nº44, de 18 de Outubro de 1996, Luanda, p. 582.

O papel importante e crescente que a indústria petrolífera angolana vem assumindo nos últimos tempos na economia do país, constituindo desta forma o motor e factor primordial de promoção do crescimento e desenvolvimento económico, facto que levou o Governo a atribuir e a dotar o órgão de tutela de uma estrutura sólida, dinâmica e eficiente, capaz de corresponder às exigências técnicas sempre crescentes da actividade petrolífera nos domínios de concepção, orientação e de controlo.

Assim, o Governo/Conselho de Ministro no sentido de permitir a funcionalidade do sector e de forma a reforçar o seu papel de dinamizador e de factor de recuperação da economia do país, aprovou, nos termos ao abrigo das disposições conjugadas, do nº 3 do artigo 106.º da alínea h) do artigo 110.º e do artigo 113.º, todos da Lei Constitucional, o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos⁵⁰.

Assim, de forma resumida faço aqui uma breve incursão sobre o órgão do Estado que tutela a actividade petrolífera em Angola.

Conforme o Estatuto Orgânico, cabe ao Ministério dos Petróleos⁵¹:

- a) formular as bases gerais da política petrolífera nacional, elaborar e propor o plano de desenvolvimento petrolífero de acordo com o plano nacional e assegurar o controlo e fiscalização da sua execução;
- b) promover a realização de estudos de inventariação das potencialidades petrolíferas do país;
- c) estudar e propor legislação reguladora do sector dos petróleos;
- d) propor e velar pela execução das acções que se enquadram na política do Governo relativamente às indústrias respectivas orientando a estratégia e a actividade do sector e estimulando as iniciativas empresariais;

⁵⁰ Diário da República, Órgão Oficial da República de Angola, de 18 de Outubro de 1996, Série – N.º 44, Decreto-Lei n.º 10/96 de 18 de Outubro.

⁵¹ Ibidem

- e) estudar e propor medidas necessárias à realização dos objectivos nacionais relacionados com o conhecimento, valorização, utilização racional e renovação das reservas petrolíferas do país;
- f) promover a estruturação do sector dos petróleos;
- g) coordenar, supervisionar, fiscalizar e controlar as actividades no sector dos petróleos; propor e promover as bases de cooperação com outros países e organizações estrangeiras ou internacionais de interesse para o sector dos Petróleos, assegurando o cumprimento das obrigações resultantes dos acordos formados; e
- h) orientar a política de gestão e a formação de quadros de todos os níveis, para o eficiente funcionamento do sector, controlando o seu comportamento e resultados.

O MINPET é superiormente dirigido por um Ministro que coordena toda a sua actividade e funcionamento. No exercício das suas funções pode ser coadjuvado por um ou mais Vice-Ministros. Tem a seguinte estrutura orgânica (ver anexo organograma MINPET):

a) Serviços de Apoio Instrumental;

- Gabinete do Ministro.
- Gabinete do Vice-Ministro.
- Gabinete de Intercâmbio Internacional.
- Centro de Documentação e Informação.

b) Serviços de Apoio Técnico;

- Gabinete Jurídico.
- Gabinete de Inspeção.
- Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.

- Secretaria Geral.
- Gabinete de Recursos Humanos.

c) Serviços Executivos Centrais; e

- Direcção Nacional dos Petróleos.
- Direcção Nacional de Comercialização.

d) Serviços de Apoio Consultivo.

- Conselho Consultivo.
- Conselho de Direcção.
- Conselho Técnico.

5.3.1. Angolanização

Nos últimos anos fala-se cada vez mais da Angolanização na indústria petrolífera, sua importância estratégica e da sua evolução, fenómeno que já ganhou um lugar de grande relevância entre os agentes, públicos e privados, encarregues de conduzir o país rumo ao desenvolvimento socio-económicos.

A concretização do princípio da Angolanização da actividade petrolífera nacional, que sempre foi considerado um das políticas prioritárias do sector, e que orientou a primeira geração da indústria, começou por fazer-se por via da estratificação empresarial de acordo com a Constituição Económica Socialista que então vigorava, sendo a SONANGOL a sua expressão única⁵².

Tomando em consideração as especificidades da indústria petrolífera, o Governo criou um instrumento legal que estabelece a obrigatoriedade de recrutamento, integração, formação e desenvolvimento dos trabalhadores angolanos na indústria

⁵² Morais Guerra, , “Angola – Origens da Estruturação do Sector Petrolífero”, p. 13.

petrolífera, processo que passou a denominar-se por “Angolanização” do sector petrolífero⁵³.

A Angolanização surge pela necessidade de se garantir a protecção e defesa do mercado de trabalho nacional, a par da sua evolução técnica especializada em função do elevado grau científico e tecnológico da indústria, propenso à penetração de mão-de-obra estrangeira em detrimento da nacional.

No entanto é criado o Decreto 20/82⁵⁴, decreto que estabelece a obrigatoriedade de todas as empresas a operar em Angola, recrutar e dar maior integração de mão-de-obra nacional, formar, desenvolver os quadros angolanos ao serviço da indústria.

Os problemas maiores do Decreto prendem-se fundamentalmente com a sua implementação.

Em primeiro lugar, podemos constatar que as metas preconizadas consideram-se inadequadas e não tornaram possível a resolução de problema de fundo⁵⁵.

Sendo a realidade de cada empresa petrolífera diferente, e porque muitas delas iniciaram as suas actividades já depois do Decreto 20/82 vigorar, o cumprimento estrito das metas deixou de ter o impacto significativo no processo de Angolanização.

Apesar disso, o Decreto, cumpriu e cumpre parcialmente com o seu objectivo, mais concretamente em matéria concernente à obrigatoriedade das empresas formarem pessoal angolano de modo que progressivamente, a regra do emprego prioritário dos trabalhadores nacionais se possa aplicar a quase todos os níveis de hierarquia.

Também, constitui responsabilidade das companhias, contribuir anualmente com uma certa quantia em dinheiro para a formação, extensiva à Universidade

⁵³ 1.º Encontro Metodológico Sobre a Problemática: Colocação de Mão-de-Obra Nacional na Indústria Petrolífera Angolana, p. 15.

⁵⁴ 1.º Encontro Metodológico Sobre a Problemática: Colocação de Mão-de-Obra Nacional na Indústria Petrolífera Angolana, p. 16.

⁵⁵ 1.º Encontro Metodológico Sobre a Problemática: Colocação de Mão-de-Obra Nacional na Indústria Petrolífera Angolana, pp. 15-20.

Agostinho Neto, UAN, Universidade Católica de Angola (UCAN) e o Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP)⁵⁶.

Entre muitos dos pontos fracos da Angolanização, destacam-se os seguintes⁵⁷:

- a) o deficiente mecanismo de controlo da execução dos planos de formação e de desenvolvimento;
- b) diferença salarial entre o trabalhador expatriado e o nacional;
- c) inexistência de referência expressa à ocupação de cargos de Chefia e Direcção pelos angolanos com competência adequada; e
- d) fraca oferta de trabalho por parte do mercado angolano (essencialmente por motivos de carência de quadros qualificados e formados).

Uma vez que a indústria petrolífera nacional necessita de pessoal devidamente qualificado, é importante realçar que o Ministério dos Petróleos e a SONANGOL devem ter um controlo rigoroso e efectivo deste domínio, pois só assim, o processo de Angolanização nas empresas petrolíferas, poderá alcançar o seu êxito.

Assim, esse êxito passa pela reformulação do pessoal adstrito à área dos Recursos Humanos ligada a formação de pessoal, pois só o pessoal conhecedor de matérias especializadas está em condições de controlar e ajuizar se o tipo de formação proposto pelas empresas do sector aos seus trabalhadores se adequa às funções que os mesmos exercem.

A formação está patente não só no decreto, mas também noutros instrumentos reguladores, nomeadamente os decretos de Concessão, e está de tal forma destacada que permite entender a vontade do sector petrolífero no sentido de resolver grande parte dos problemas profissionais e sociais dos trabalhadores. Desta forma, a Angolanização é um processo que visa não só substituir alguns profissionais estrangeiros por nacionais, isto nas empresas privadas, como também melhorar as condições sociais dos mesmos.

⁵⁶ 1.º Encontro Metodológico Sobre a Problemática: Colocação de Mão-de-Obra Nacional na Indústria Petrolífera Angolana, p. 16-17

⁵⁷ 1.º Encontro Metodológico Sobre a Problemática: Colocação de Mão-de-Obra Nacional na Indústria Petrolífera Angolana, pp.15-16.

Nesse caso, o processo de Angolanização deve ser reforçado para tal, pelo Decreto nº 20/82 que deverá ser rigorosamente cumprido e controlado, de forma a garantir o seu sucesso. Por conseguinte, os quadros nacionais formados devem ser devidamente enquadrados nos lugares correspondentes à sua formação académica e experiência profissional. O número de trabalhadores no sector petrolífero neste momento está muito acima dos números quando a indústria ganhou a sua expressão independente.

Em Março de 2007, a antiga Ministra dos Petróleos e actual Assessora do Presidente da República para os assuntos Regionais, Eng.^a Albina Assis, numa entrevista concedida à Rádio Ecclésia de Angola, frisou que o processo da Angolanização passa pela presença de técnicos e empresas nacionais vibrantes. Apesar de também reconhecer que a exploração petrolífera exige enormes recursos financeiros e conhecimentos que, infelizmente os angolanos ainda não possuem, a Engenheira defende uma presença forte do empresariado nacional no sector petrolífero e nesse contexto o predomínio dos angolanos, factor decisivo para a Angolanização do sector.

A Angolanização do sector petrolífero estabelece, por exemplo, que, até determinada altura todas as responsabilidades inerentes ao sector sejam transferidas para o controlo dos quadros nacionais. A realidade deste fenómeno tem sido uma realidade categórica. A estabilidade e o desenvolvimento do país ilustra bem quão necessário é apostar cada vez mais nos recursos humanos da terra tendo em conta o seu visível potencial, capacidade e força de vontade para fazer e melhorar cada vez mais as suas qualidades em prol do desenvolvimento do sector e em geral do país.

A SONANGOL tem sido um dos muitos exemplos de afirmação nos que respeita a valorização dos recursos humanos nacionais, apesar de ainda ser insuficiente para as suas ambições, a empresa já emprega cerca de 7. 500 trabalhadores (SONANGOL, 2007). Fruto do vínculo existente com outras companhias do sector, pode indirectamente contribuir para a criação de muitos postos de trabalho, e assim reduzir a exportação de trabalhadores expatriados, o que consideramos ser elemento crucial para a Angolanização.

5.3.2. Política de Formação

A educação e todas as formas de formação constituem elementos chave do desenvolvimento humano, aumentando as oportunidades do indivíduo na sociedade. A educação é ainda uma ferramenta indispensável para o crescimento e desenvolvimento, porque aumenta a quantidade e qualidade do capital humano disponível no processo produtivo.

Dentre os principais objectivos na área da educação, está primeiro o alcance ou conclusão da educação básica universal e a erradicação do analfabetismo, de modo a assegurar que toda a população, tenha oportunidade de desenvolver as capacidades mínimas para combater a pobreza.

O cumprimento escrupuloso do decreto nº 20/82, permitiu que passados muitos anos o sector começasse a ver alguns dos seus quadros angolanos tecnicamente formados, colocados quer nas empresas privadas, quer na empresa nacional. Esta foi, por sinal, a mais estruturante a julgar por técnicos que se encontram em posições chave nestas mesmas empresas.

O decreto referido visa fundamentalmente formar quadros nacionais, uma vez que os mesmos são o factor catalizador do desenvolvimento dos sectores chave da Angola.

Atendendo a que a indústria petrolífera necessita de pessoal devidamente qualificado, é importante realçar que o Ministério dos Petróleos, deve e tem um controlo efectivo deste domínio, pois só assim o processo de Angolanização nas empresas petrolíferas privadas será um êxito.

A formação está patente não só no decreto acima citado, mas também noutros instrumentos reguladores, nomeadamente os decretos de Concessão e está de tal forma evidente, que permite-nos entender a vontade e empenho do Governo de Angola no sentido da resolução de grande parte dos problemas profissionais e sociais dos trabalhadores.

O sector ainda conta com o contributo do Instituto Nacional de Petróleos, que anualmente tem introduzido quadros no mercado de trabalho. Daí, a clara pretensão do sector em converter o Instituto Nacional em “centro de excelência”, capaz de atrair alunos e professores não só de Angola, mas também de outros países e transformá-lo progressivamente em instituição de ensino superior⁵⁸.

De entre as diversas políticas públicas directamente suportadas pelo MINPET encontra-se sobretudo a educação/formação e saúde dos seus funcionários e não só, com vista a melhorar as condições de vida dos mesmos.

Cabe ao Gabinete de Recursos Humanos, concretamente o Departamento de Formação e de Planeamento e Compensação, de acordo com as competências que lhe são atribuídas, velar pela política de formação, de emprego e saúde.⁵⁹

A tarefa principal do Departamento de Formação é a concessão de Bolsas de Estudos. Numa primeira fase não havia praticamente critérios para a concessão das mesmas, razão pelo qual levou o MINPET a criar instrumentos no sentido de disciplinar a política de concessão de Bolsas de Estudo através da aprovação de um “Regulamento de Bolsa de Estudo”⁶⁰, incluindo no documento bolsas externas e internas, destinadas aos funcionários e não funcionários. Embora após o término do curso a entrada no mercado de trabalho não seja responsabilidade do MINPET, existe o Departamento de Planeamento e Compensação que pode, junto das Companhias Petrolíferas, solicitar vagas com o fim destas serem enquadrados nas mesmas.

A política de concessão de Bolsas de Estudo aos trabalhadores do MINPET tem como principal objectivo a formação profissional no interior e exterior do país.

Entre as demais tarefas do Departamento de Formação destacam-se ainda a análise e aprovação do Plano de Formação dos trabalhadores nacionais nas empresas petrolíferas que operam em Angola, sejam elas operadoras ou prestadoras de serviço (MINPET, 2006).

⁵⁸ Departamento de Formação do MINPET, Luanda, 2006.

⁵⁹ *Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos*, “Diário da República”, Jornal Oficial da República de Angola, Série – Nº 44, de 18 d Outubro de 1996, p. 585.

⁶⁰ *Despacho N.º 06/GAB. MINPET/2000 e Despacho N.º 10 GAB. MINPET/2000*, Gabinete do Ministro dos Petróleos, Luanda, 23 de Março, 07 DE Abril de 2000 respectivamente.

Quanto ao financiamento das Bolsas de Estudo e outro tipo de formação, aplica-se o Decreto 20/82.

O MINPET também exerce um papel importante no que concerne ao patrocínio do ensino em Angola, facto que tem se revelado benéfico e grande contributo para o desenvolvimento do país. Essas políticas de educação suportadas ou patrocinadas pelo MINPET, estão direccionadas mais concretamente para às Universidades Agostinho Neto, Universidade Católica, Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP) e Instituto Nacional de Petróleos (INP)⁶¹.

Criado pelo Decreto Executivo Conjunto N.º 2/79, de 30 de Novembro, publicado no Diário da República, N.º 30, 1ª série, 6 de Fevereiro de 1980, o Instituto Nacional de Petróleos é um estabelecimento público de formação em que o Ministério dos Petróleos, através dos mecanismos legais instituídos, procede à orientação metodológica e de tutela competente. Cabe ao Gabinete de Recursos Humanos assegurar a coordenação do controlo da Instituição⁶². O objectivo principal do INP é a formação de técnicos médios nas áreas da mecânica, electricidade, biologia, perfuração de metal, informática, inglês e frio. Basicamente todas elas ligadas às actividades do sector. O Instituto Nacional de Petróleos, que joga um importante papel no que toca a Angolanização do sector petrolífero, está localizado no Sumbe, província do Kuanza Sul.

5.3.3. Política de emprego

O emprego também joga um papel fundamental na diminuição dos índices de pobreza, uma vez que contribuem directamente para o exercício de actividades geradoras de rendimento, que contribuem para o sustento do indivíduo e da sua família, e promovem a valorização do capital humano nacional que é a base de um crescimento económico sustentável.

⁶¹ 1.º *Encontro Metodológico Sobre: Colocação de Mão-de-Obra Nacional na Indústria Petrolífera Angolana*, p. 16

⁶² *Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos*, “Diário da República”, Jornal Oficial da República de Angola, Série – N.º 44, de 18 de Outubro de 1996, p.585.

O objectivo principal em matéria de emprego e formação profissional é o de valorizar a mão-de-obra nacional e assim promover o acesso ao emprego e fomentar a criação do auto-emprego, criando assim as condições para o desenvolvimento económico e social sustentado e a redução da pobreza.

A Lei do emprego em Angola, concebe o direito ao emprego, garantido pela Lei Constitucional e tem por princípios básicos a capacidade e aptidões profissionais do cidadão e a igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e por limites, os decorrentes da Lei Constitucional e das obrigações internacionais assumidas pelo Estado Angolano. A mesma lei incumbe ao Estado, através da aplicação de Planos e Programas de Política Económica e Social, assegurar a execução de acções dirigidas a realizar uma política de pleno emprego e a satisfação de condições de assistência material aos que involuntariamente se encontrem na situação de desemprego⁶³.

Como frisei anteriormente e de acordo com o estatuto orgânico do MINPET⁶⁴, o Departamento de Planeamento e Compensação é parte integrante do Gabinete de Recursos Humanos. Cabe fundamentalmente velar pela política de recrutamento, integração de quadros angolanos na indústria petrolífera nos seus variados segmentos, tanto nas actividades de exploração, de produção, como nas actividades de prestação de serviço. Por outro lado, cabe também à este Departamento velar pelas questões técnicas e toda força de trabalho existente na indústria petrolífera, criando caminhos que permitam eficaz funcionamento do processo de “Angolanização”, entendida como o processo que visa a substituição gradual do pessoal expatriado pelo pessoal nacional desde que prove competência para tal. É uma substituição feita à base de competências.

A esse Departamento cabe também velar pelos procedimentos administrativos que levam a autorização das entradas e saídas do pessoal expatriado. Genericamente é essa a função do Departamento que, tem como questão central a “Angolanização”, e gerir os conflitos que eventualmente possam surgir na indústria, decorrente da própria

⁶³ *1.º Encontro Metodológico Sobre a Problemática: Colocação de Mão-de-Obra Nacional na Indústria Petrolífera Angolana*, pp.15-16.

⁶⁴ *Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos*, “Diário da República”, Jornal Oficial da República de Angola, Série – N.º 44, de 18 de Outubro de 1996, p. 585.

actividade em si. O Departamento muitas vezes é chamado para servir de interface nas relações com os sindicatos.

O Departamento também tem uma tarefa específica ligada à saúde, segurança e higiene no trabalho, no sentido de se fazer a gestão dos mesmos na indústria por forma a que todos os instrumentos legais que existem sobre essa matéria sejam devidamente cumpridos.

O processo de recrutamento no quadro de técnicos angolanos para a indústria petrolífera é feita em conformidade com o que a legislação sobre emprego estabelece. Em que as pessoas apresentam as suas candidaturas livremente às empresas, e, as mesmas, tendo em conta os seus critérios de recrutamento, desencadeiem processos selectivos de recrutamento. São absolvidos aqueles cujas competências se mostram mais adequadas às funções com as quais se propõem.

Os quadros formados ao abrigo do decreto já abordado anteriormente o pensam que, ao regressarem ao país, têm de imediato a colocação garantida no sector. Mas não é o que acontece na realidade. A política de emprego no país é tutelada pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) que, tem mecanismos próprios. Existem centros de emprego próprios para promover a integração dos trabalhadores nacionais nos mais variados ramos de actividade.

O MINPET não é uma entidade empregadora. O MINPET, dado ao facto de ser um dos organismos do Estado que patrocina bolsas de estudo, e tendo em conta a sensibilidade em relação à importância da indústria petrolífera, serve de veículo apenas para integração dos quadros que se formam no sector.

O papel desempenhado pelo MINPET é, no sentido de ajudar, tendo em conta a especificidade e actividade que tem em comum com as empresas petrolíferas, e o bom relacionamento que tem com as mesmas.

Estes factores levaram o Estado a adoptar uma estratégia para viabilizar e orientar ou dirigir a formação, integração e desenvolvimento dos nacionais pelas companhias estrangeiras, na substituição gradual dos expatriados, em função da complexidade das tarefas por estes desempenhadas. Trata-se de uma transição feita de

forma eficaz e com espírito pragmático, dando as premissas da obrigatoriedade das empresas formarem pessoal angolano de modo que progressivamente os trabalhadores nacionais afectem quase todos os níveis de hierarquia.

5.3.4. Política ambiental

O ambiente ocupa um lugar de destaque no sector, sendo por isso sido elaborado pelos quadros nacionais um “Plano Nacional de Contingência” devendo todas as empresas petrolíferas apresentar um Plano de Impacto Ambiental de modo a proteger de uma maneira eficaz o meio ambiente.

A Lei n.º 5/98, de 19 de Junho, é a Lei Geral do Ambiente, estabelece a necessidade de se realizarem estudos de impacto ambiental e fixa a obrigatoriedade da concessão de licenças para o exercício de quaisquer actividades ou projectos que, pela sua natureza, localização geográfica ou dimensão, tenham importantes impactos sociais ou ambientais, o que abrange, na prática, a maior parte das actividades do sector do petróleo. O Ministério dos Petróleos é responsável pela avaliação dos impactos ambientais no sector.

Os dois principais temas ambientais do sector da produção petrolífera em Angola são as descargas dos petroleiros e a queima dos gases associados.

De forma a enfrentar os desafios futuros, o sector petrolífero tem desenvolvido processos de reformas nos domínios institucional, operacional e jurídico onde se insere a segurança, saúde no trabalho e ambiente. No que respeita a protecção do ambiente no sector petrolífero, criou-se o Decreto 39/00, de 10 de Outubro. O Decreto, indica que a conservação ambiental constitui um objectivo prioritário para o Governo angolano e o sector, e estabelece a obrigatoriedade, para as companhias petrolíferas a operar em Angola, de desenvolverem mecanismos de minimização dos impactos ambientais provocados pelas suas operações, de prevenção de derrames de petróleo e de produção de resíduos. Assim, o Decreto estabelece⁶⁵:

- a) avaliação de impacto ambiental;

⁶⁵ Decreto N.º 39/00 de 19 de Outubro, “Diário da República”, Jornal Oficial da República de Angola, Série – N.º 42 – de 10 de Outubro de 2000, pp. 875-881.

- b) gestão de descargas operacionais;
- c) gestão de resíduos; e
- d) procedimentos de Notificação em caso de derrames de petróleo e de outros produtos.

Também, está em vigor o Plano Nacional de Contingência contra derrames de petróleo, cujos projectos são os seguintes⁶⁶:

- a) estudo para elaboração da política nacional sobre uso de dispersantes;
- b) mapa de sensibilidade ambiental da costa;
- c) criação de centro de notificação e resposta; e
- d) programas de formação a diferentes níveis.

Embora pequenas quantidades de Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) sejam exportadas e algum gás seja reinjectado nos campos petrolíferos para aumentar a produção a maior parte do gás associado é queimada. Esse último constitui o segundo desafio ambiental que a indústria enfrenta. Assim, surgiu a preocupação no sentido de se encontrar formas adequadas para resolução da questão da queima do gás associado. Em alguns casos, a arquitectura das reservas petrolíferas não permite a reinjecção do gás. A Lei n.º 13/78 (Lei de Base das Actividades Petrolíferas), tal como a nova, proíbe a queima de gás sem a aprovação do MINPET. Mas tendo em conta o grande e rápido crescimento da produção de petróleo, o volume da queima de gás tem vindo a aumentar. Não tem sido fácil encontrar alternativas viáveis à queima de gás, o que pode constituir um entrave na aquisição de receitas adicionais para o país e causadora de danos ao meio ambiente⁶⁷.

Deste modo, o Governo e o sector petrolífero angolano procuram avançar para a implementação de uma política de erradicação da queima de gases, incluindo, através de um reforço da aplicação da legislação existente, medidas de protecção ambiental mais amplas e o desenvolvimento de um projecto de Gás Natural Liquefeito (GNL) consubstanciando-se na construção de uma fábrica de gás natural petrolífera (liderado pela SONANGOL e a Chevron) na cidade do Soyo, província do Zaire, cujo início de funcionamento está previsto para 2010, que irá permitir o aproveitamento do produto na

⁶⁶ *Prevenção de Derrames*, Decreto N.º 39/00 de 19 de Outubro, “Diário da República”, p. 877.

⁶⁷ Tony Hodges, *Angola – Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, p. 201.

sua totalidade, acabando coma a queima do gás na actividade petrolífera. A fábrica LNG, vai, além de eliminar os riscos ecológicos da queima de gás permitir o surgimento da indústria petroquímica, gerando postos de trabalho directos e indirectos para o país. Será, sem dúvida um factor de desenvolvimento para o país a julgar pelo seu impacto económico, social e ambiental⁶⁸.

Assim, pensamos que o projecto LNG poderá vir a contribuir para o crescimento, desenvolvimento e segurança ambiental da comunidade local através de:

- Criação de empregos.
- Provimento de formação.
- Construção/Desenvolvimento de infra-estruturas.
- Abastecimento de gás para utilização industrial a nível nacional.
- Redução das emissões de CO₂ na região.

É necessário que se invista cada vez mais nas questões ambientais inerentes ao sector petrolífero através de rigor e reforço da normas de controlo das actividades petrolíferas, por forma a evitar a degradação do meio ambiente sobretudo, junto das comunidades que habitam próximo das áreas onde ocorrem as actividades petrolíferas.

5.3.5. A política de saúde

A saúde da população é um elemento importante do desenvolvimento humano e constitui uma condição necessária, para o crescimento económico. Como é óbvio, para fazer parte do processo produtivo, e beneficiar das oportunidades que advenham do crescimento económico o indivíduo precisa gozar de boa saúde. Assim, o principal objectivo da área da saúde é garantir a prestação dos serviços básicos de saúde, com a qualidade necessária a toda a população.

É necessário que se prossiga com mais rigor e esforços na prevenção e no combate às grandes endemias, com maior preocupação, como a tuberculose, malária, cólera e outras, incluindo o VIH/SIDA, vitais para garantir que o futuro próspero do ponto de vista económico e social.

⁶⁸ *Zaire prepara o novo pólio nacional de Gás Natural*, in “Jornal de Angola”, de 11 de Janeiro de 2007.

O Ministério dos Petróleos, através dos seus parceiros no sector, nomeadamente a SONANGOL e empresas multinacionais que operam no país, garantem aos seus trabalhadores e familiares directos tratamento médico nas clínicas pertencentes às mesmas, ou outras com características similares⁶⁹. É desta forma que o MINPET, apoia os seus funcionários em termos de assistência médica. O mesmo acontece com os trabalhadores das empresas multinacionais e da SONANGOL.

No entanto, o sector em si, quer através da SONANGOL quer das empresas multinacionais, tem participado (embora seja ainda insuficiente) em muitos projectos a nível nacional ligados à saúde sobretudo junto das populações mais necessitadas.

5.3.6. Conteúdo local ou Local content

A política de gestão integrada adoptada pelo MINPET e SONANGOL relativamente ao envolvimento no sector do empresariado nacional é importante, pois permite a redução de importação de serviços e ao mesmo tempo maximiza os benefícios para o país em termos de emprego, rendimento financeiro, superação de conhecimentos.

Para o êxito deste envolvimento, pensa-se ser necessário a elaboração de instrumentos legais que tenham como objectivo convencer os operadores a considerar os serviços e produtos nacionais nas suas políticas de aquisição.

É necessário e importante que se criem meios e condições financeiras à disposição do empresariado nacional, por forma a facilitar o surgimento de empresas nacionais de prestação de serviço no sector petrolífero e assim colmatar os grandes desníveis existentes entre o empresariado nacional e o empresariado estrangeiro. Assim, é importante, que se criem condições para a sua eficiência, como, a capacidade negociadora e o estabelecimento de parcerias assente na formação e adaptação do próprio empresariado nacional.

⁶⁹ Acordos/entendimentos existentes entre o MINPET e as multinacionais, só possíveis, devido a especificidade da actividade que os une.

5.3.7. Fundo de Compensação de Combustíveis (FCC)

O historial do Fundo de Compensação de Combustíveis vem do período da Administração Colonial. Ele visava fundamentalmente a prestação da assistência financeira às actividades económicas consumidoras de combustíveis, assim como a contribuição para o abastecimento normal dos produtos (o Fundo tinha como função, compensar). Isso iria criar padrões para o desenvolvimento do sector perspectivando acções de mais valia para a economia. Foi um fundo que depois da independência, já com a existência do MINPET, serviu como instrumento de gestão financeira, com fins de reforçar a capacidade financeira autónoma do mesmo, uma mais eficaz e eficiente intervenção e conseqüente dignificação da sua autoridade pública⁷⁰.

No entanto, o fundo manteve-se suspenso durante muitos anos, pelo que recomendou-se uma reimplantação do mesmo, pois ele representa uma mais valia para o desenvolvimento económico e social do país.

É assim, que foi celebrado um contrato entre a o MINPET e a consultora Price Waterhouse Coopers (PWC), ficando a última com a responsabilidade de proceder um estudo sobre o estabelecimento e implementação do fundo de compensação de combustíveis de Angola, a ser financiado pela SONANGOL de modo que a indústria possa contar com esse valioso instrumento (MINPET, 2007).

5.4. A SONANGOL E.P – Promotora do desenvolvimento em Angola

Criada em 1976, a SONANGOL, assume-se, de facto, como única concessionária nacional, sob a forma de Empresa Pública. Em termos formais o mandato da SONANGOL tem como objectivo fundamental garantir ao Estado o máximo de benefícios provenientes das actividades petrolíferas. Na qualidade de única concessionária, ela estabelece parcerias com outras empresas multinacionais petrolíferas, através tanto de contratos de partilha de produção, como, de contrato de associação em participação (joint ventures)⁷¹.

⁷⁰ Morais Guerra, “Angola – Perspectivando o Futuro do Sector Petrolífero”, pp. 12-14.

⁷¹ Tony Hodges, *Angola – Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, p. 195.

5.4.1. Objecto Social, actividades, associações e atribuições múltiplas

A SONANGOL tem como objecto principal a prospecção, pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, comercialização, refinação e transformação de hidrocarbonetos líquidos e gasosos e os seus derivados, incluindo actividades de petroquímica.

O novo documento da, SONANGOL “Perspectivas para 2010”, prevê transformar e tornar a empresa plenamente integrada, que venha a assumir um papel activo a nível internacional, ideia reforçada depois de Angola ter aderido como membro de pleno direito à OPEP, em Dezembro de 2006. Segundo a própria empresa, o seu papel ao nível do sector da produção petrolífera, é, no essencial⁷²:

- Realizar a gestão técnica dos contratos de produção e de parceria, de modo a maximizar os interesses do Estado e SONANGOL a na qualidade de concessionária e de investidor;
- Recolher, validar e registar os dados relativos a toda a actividade petrolífera em Angola como parte importante do património do país;
- Maximizar os interesses económicos do Estado e da SONANGOL como concessionária e investidora; e
- Promover e organizar a coordenação económica e jurídica do processo de negociação dos contratos de produção, contratos de associação, e outros.

A SONANGOL Distribuidora está vocacionada para armazenagem distribuição, comercialização de combustíveis e fabricação de lubrificantes. É uma empresa moderna, dinâmica e dinamizadora, que preparar-se para encarar os desafios do novo milénio, de entre os quais avulta o da abertura do mercado à concorrência internacional. Por isso,

⁷² *Política do Sector Petrolífero, Reunião do Conselho de Gestão da Sonangol*, MINPET, de 21 a 23 de 2003, Huambo, 2003.

prossegue a preparação e formação contínua dos quadros como resposta eficiente a uma actividade pertinente para o desenvolvimento de Angola⁷³.

A SONANGOL Pesquisa e Produção, também conhecida pela sigla P&P é uma subsidiária da SONANGOL E.P, e, tem como principal objectivo social o exercício das actividades de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos.

Para além das suas atribuições de natureza comercial, o seu papel, enquanto entidade reguladora, inclui a supervisão dos detalhes das operações petrolíferas das empresas estrangeiras, a gestão dos serviços de apoio às operações petrolíferas e a exportação de petróleo bruto. A empresa também recomenda as zonas que devem ser abertas à prospecção e é responsável pela condução de concursos públicos e a negociação dos contratos de concessão. Lida com uma parte significativa das receitas petrolíferas do Estado. Por exemplo, como concessionária exclusiva a SONANGOL é responsável pela comercialização e recolha da participação do Estado nos lucros globais do petróleo. Acresce que, nos termos dos contratos de partilha de produção, (CPP), os contraentes têm ainda de pagar bónus e outras contribuições à SONANGOL⁷⁴.

A SONANGOL possui uma série de empresas subsidiárias, que operam em sectores tão diversos como a indústria, transportes, telecomunicações e a banca. Também possui *joint ventures* ou participação nos sectores imobiliário, dos seguros e construção civil, entre muitos outros⁷⁵. Ela refere e justifica que, no passado, a falta de empresas nacionais de infra-estruturas e de serviços obrigou a empresa a realizar esta diversificação horizontal para sustentar o desenvolvimento do seu negócio central, o petróleo. Esta motivação parece razoável, face aos efeitos nefastos que a guerra produziu sobre a economia do país, mas não é evidente que esta justificação ainda se mantenha.

⁷³ Jorge Van Deste, “A Actividade Petrolífera em Angola: Situação - Actual e Perspectivas”, in Revista Energia, *Petróleo*, n.º 58. Color Estúdio, Luanda, 2000, pp. 16-18.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ Tony Hodges, *Angola – Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, pp. 195-197

5.4.2. Órgãos de gestão da SONANGOL

De acordo o estabelecido por Lei para as Empresas Públicas, a SONANGOL tem os seguintes órgãos de gestão (ver anexo organograma SONANGOL).

1. Conselho de Administração
2. Conselho Fiscal
3. Conselho de Direcção

O Conselho de Administração é órgão máximo, a quem, compete com os mais amplos poderes dentro dos limites da Lei e dos Estatuto, a gestão da empresa, respondendo perante o Governo pela mesma. O Conselho é composto por cinco membros: o um Presidente e quatro Administradores, nomeados pelo Conselho de Ministros. Em anexo figura a estrutura orgânica completa da Empresa.

5.4.3. Responsabilidades/engajamento sócias da empresa para o desenvolvimento sócio-económico e sustentado de Angola

O compromisso da SONANGOL com a sociedade angolana no desenvolvimento sustentado e estabilização de Angola é, premissa e expressa na sua filosofia e concretizada, inclusive, no seu orçamento que prevê anualmente verbas para investimentos na área social.

A empresa trabalha no sentido de proporcionar melhores condições à população, apoiando projectos nas áreas de emprego, educação, saúde, habitação, cultura, desporto, ciência e ambiente. Note-se que a SONANGOL proporciona melhores condições, não só aos seus trabalhadores, mas também ao povo em geral.

Sem qualquer desprimor para as demais empresas do país, a SONANGOL ocupa um espaço privilegiado na implementação e gestão de políticas efectivas de incentivo à participação e responsabilidade social, contribuindo assim de forma decisiva e criativa para o progresso profissional e social do país. Embora não com a velocidade por muitos desejada, são visíveis e expressivos os exemplos na prática do empenho e contributo da empresa, multiplicando ano após ano os seus esforços e acções, no âmbito participativo, científico, cultural, desportivo, entre outras, com influência directa na formação de

comportamentos e atitudes dos seus empregados, da mesma forma que estes influenciam na formação da cultura destas empresas e na solução de parte dos muitos problemas que ainda afligem o meio social⁷⁶.

5.4.3.1. O Fundo de pensões da SONANGOL

Aprovado pelo Conselho de Administração, precisamente em Maio de 2006. O Fundo de pensões da SONANGOL, constitui um fundo fechado, apenas destinado aos seus funcionários, que financia o Plano de Pensões da Empresa. A gestão do Fundo foi confiada à AAA (Angola, Agora e Amanhã) Pensões SA, através da celebração de um contrato assinando entre a AAA e a SONANGOL Dezembro de 2001⁷⁷.

O Fundo de Pensões da SONANGOL funciona como um sistema de previdência privada, que tem por objectivo a defesa do trabalhador no desemprego, na doença, e na invalidez e a garantia de uma pensão de aposentação ou reforma e enquadra-se no nível da Protecção Social Complementar. Este Plano não é contributivo, e por isso, os seus participantes não pagam dinheiro para o seu fundamento nem para a constituição das suas pensões, sendo a SONANGOL a única financiadora do mesmo⁷⁸.

5.4.3.2. Engajamento com as comunidades e seus funcionários

Quanto ao seu engajamento com as comunidades, a empresa consciente das suas responsabilidades para com a sociedade angolana, tem implementado vastos projectos de beneficência social enquadrados num programa denominado “Juntos com a comunidade”. O projecto é extensivo a todo o território nacional.

Um exemplo prático concernente ao projecto aconteceu no norte do país em Cabinda. Desde 2003, que têm sido canalizados milhões de dólares direccionadas em diversas áreas como, a da saúde, educação, cultura, desporto e agricultura.

⁷⁶ João Santos Rosa, , “Responsabilidade Sócial nas Empresas”, in Revista Sonangol, *Apostar na Responsabilidade Social. Bloco 10 em Fase de Exploração*, II Série - n.º 11, Editando, Lisboa, 2005, pp. 14-15.

⁷⁷ Raimundo Vilares, “Fundo de Pensões da Sonangol”, in Revista Sonangol, *Novas Concessões Aumentam Produção. APPA reúne-se em Luanda*, II Série – n.º 14, Editando, Lisboa, 2006, pp. 25-30.

⁷⁸ Sonangol, 2002.

De entre as preocupações da empresa relativamente ainda às políticas sócias, destaca-se a melhoria das condições de vida, principalmente de habitabilidade dos seus trabalhadores.

Para o efeito e efectiva execução da mesma foi criada uma Comissão de Projectos Sociais, cuja função é o acompanhamento e regularização da situação contratual dos complexos/condomínios, patrocinados pela empresa. Ainda no que respeita ao impacto social ligados à questão de habitabilidade é exemplo a criação em 2000, da “Cooperativa Cajueiro”, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada que também inclui funcionários do Ministério dos Petróleos.

Em Maio de 2007 a SONANGOL anunciou para breve a criação da Universidade de Tecnologia e Ciências (UTEC), obra no âmbito do processo de implementação da visão e valores da empresa no exercício da sua responsabilidade social.

Com a criação da UTEC a SONANGOL visa dotá-la de todos os meios necessários no sentido de se alcançar alta qualidade de ensino e na pesquisa, com grande destaque no que se refere a qualidade do corpo docente, programa curricular dos cursos de forma a proporcionar a formação de quadros de excelência. O arranque da UTEC está previsto ainda para o corrente ano, e terá os seguintes cursos: Economia; Gestão; Engenharia Civil; Engenharia Mecânica; Engenharia Eléctrica; Engenharia de Produção; Engenharia Química e Engenharia Informática. A criação da UTEC irá também, de um modo geral reduzir a dependência da formação no exterior (SONANGOL, 2007).

A política de concessão de Bolsas de Estudo é outra aposta da empresa e, é extensiva para além dos seus funcionários, aos cidadãos angolanos não pertencentes à SONANGOL, destacando-se a formação interna, externa e a formação profissional dos trabalhadores no interior e exterior do país. Essa política tem-se revelado benéfica e produtiva para o desenvolvimento do sector e do país. É dessas diferentes formas, que a SONANGOL tem consolidado o seu papel de líder e reforçado a afirmação de promotora do desenvolvimento de Angola.

Portanto, não restam dúvida acerca do papel e contributo da empresa no desenvolvimento sócio-económico de Angola. O seu contributo é primordial, essencial e indispensável para o crescimento e desenvolvimento económico do país.

5.5. Responsabilidade social das empresas petrolíferas multinacionais no sector petrolífero angolano

A responsabilidade social das empresas é o compromisso das empresas em contribuírem para o desenvolvimento económico sustentável, envolvendo não só os funcionários nacionais, mas também as suas famílias, comunidade local e a sociedade em geral no sentido de proporcionarem melhor qualidade de vida, de forma a alcançar simultaneamente resultados positivos para o negócio da empresa e para o desenvolvimento sócio-económico no país⁷⁹.

Por exemplo, o Decreto 20/82 estabelece a obrigatoriedade das empresas petrolíferas estrangeiras ou multinacionais, formarem⁸⁰ os trabalhadores nacionais de modo a que se passem as responsabilidades da empresa aos angolanos e a regra do emprego prioritário dos trabalhadores nacionais se possa aplicar a quase todos os níveis de hierarquia.

Outra responsabilidade social das companhias multinacionais centra-se na contribuição anual das mesmas, com uma quantia em moeda convertível para a formação, nas Universidade Agostinho Neto (UAN), Universidade Católica de Angola, UCAN e no Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP)⁸¹.

As empresas são livres de decidir o destino e como aplicar as suas contribuições em prol do desenvolvimento sócio-económico no país. Cada uma das empresas tem o seu modo de actuar, áreas de intervenção, grau de dedicação e montante a envolver no processo.

⁷⁹ Jorge Araújo, e Amanda Blakeley, *Responsabilidade Social das Empresas (CSR) no Sector Petrolífero em Angola*, Estudo de Assistência Técnica, Banco Mundial, Luanda, 2003.

⁸⁰ Formação no interior ou exterior do país. Essa formação (oficialmente o documento relativo à formação, nas empresas é chamado, “Plano de formação”) tem como suporte as bolsa de estudo ou outro instrumento alternativo à escolha da própria empresa, mas sempre analisado e aprovado pelo departamento de formação do MINPET.

⁸¹ 1.º Encontro Metodológico Sobre a Problemática: Colocação de Mão-de-Obra Nacional na Indústria Petrolífera Angolana, p. 16.

Quase todas as empresas, preferem as áreas em que o Governo define no seu documento bienal, “Programa Geral do Governo”, como áreas prioritárias e outras da sua preferência, actuando de forma a preencher o vazio deixado pelo Governo como consequência da incapacidade deste resolver esta questão unilateralmente. Essa estratégia constitui uma forma de as empresas conquistar a simpatia do Estado e obter maiores e melhores privilégios.

Não esqueçamos que, no quadro das responsabilidades das empresas, existe ainda uma diferença entre o tratamento aos trabalhadores e as responsabilidades perante à comunidade, ou seja, à sociedade em geral. Sendo os primeiros tratados, no âmbito do princípio de Angolanização.

No entanto, o Grupo do Banco Mundial, em Outubro de 2002 envidou esforços no sentido de estabelecer uma parceria com o Governo angolano, com o sector privado e com a sociedade civil com o objectivo de prestar assistência técnica para reforçar a problemática da responsabilidade social das empresas no sector petrolífero em Angola. É, assim, que elementos do Banco Mundial efectuam uma missão que os levava a Angola para pesquisa na recolha de dados, análise da experiência existente com a responsabilidade social das empresas no sector do petróleo, e consulta com os principais intervenientes⁸².

Os objectivos eram os seguintes⁸³:

- a) determinar a receptividade do governo e das companhias petrolíferas para cooperarem entre si no sentido de se encontrarem soluções para as necessidades de desenvolvimento do país e de se optimizar o investimento social através de actividades de responsabilidade social das empresas;

⁸² Jorge Araújo, e Amanda Blakeley, , *Responsabilidade social das empresas no sector petrolífero em Angola: Estudo de Assistência Técnica do Banco Mundial*, B M, Luanda, 2003, p.2.

⁸³ *Ibidem*.

- b) identificar as prioridades estratégicas comuns do governo e das companhias petrolíferas no que respeita às actividades de responsabilidade social das empresas;
- c) identificar as contribuições de cada sector para a resolução das áreas prioritárias;
e
- d) preparar um projecto de proposta de assistência técnica de responsabilidade social das empresas no sector petrolífero em Angola para o governo relacionado com o sector petrolífero angolano.

As discussões centraram-se basicamente em torno de quatro questões relevantes para o sector do petróleo:

- i. “Capacidade de Angola” – projectos de colaboração destinados a desenvolver as qualificações e formação locais bem como um mercado de oferta local em áreas de importância para o sector do petróleo;
- ii. Transparência e boa governação;
- iii. Soluções encontradas cooperativamente destinadas a fornecerem energia económica à população de Angola com acesso restrito à energia (a população pobre); e
- iiii. Desenvolvimento social e comunitário.

O estudo submetido ao Ministério do Petróleo e ao Ministério do Plano, pretendia e recomendava que se avançasse com uma combinação dos pontos que achavam pertinentes como, a “Capacidade de Angola, à transparência, e à exploração de interesse no desenvolvimento social e comunitário.

Segundo o Banco Mundial, foram também enviadas cópias à SONANGOL Ministério da Indústria e ao Ministério da Educação, e distribuídas entre os outros homólogos principais com quem a instituição internacional encontrou-se durante a missão.

Com base nas respostas recebidas, a equipa passaria então às fases seguintes da assistência técnica já planificadas na altura. No entanto, apesar de o Estado angolano concordar com alguma questões relevantes acima citadas, a verdade é que nunca houve um pronunciamento oficial, isto porque cabe ao Governo aceitar ou não o estudo do B.M, e porque o Estado segue as suas políticas e programas inerentes ao sector. Deste modo, o documento nunca foi posto em prática apesar, de as empresas petrolíferas dele tirarem alguns pontos e aplicarem nas suas acções no âmbito da responsabilidade social das empresas.

Prosseguindo o estudo sobre a responsabilidade social das empresas, a função principal destas envolve o negócio central da empresa em relação aos seus intervenientes internos, entre eles os gestores, accionistas, funcionários, clientes e fornecedores. Isso significa garantir a boa organização e ordem da empresa no que concerne a administração empresarial, responsabilidade pelo produto, condições de emprego, direitos dos trabalhadores, formação profissional e educação⁸⁴.

A segunda função tem a ver com o cumprimento da legislação relevante do país em que opera, e a responsabilidade da empresa como contribuinte fiscal, assegurando assim o bom funcionamento do Estado. Também engloba ainda (isso dentro das funções da empresa), a garantia de assegurar uma perspectiva empresarial que possa contribuir para uma política oficial consubstanciada na concepção de práticas pedagógicas, tendo como núcleo as qualificações e atitudes que serão necessárias para que o país se torne competitivo. Esta função, enquadra-se bem em acordos de parceria: voluntários, multi-sectoriais, consensuais, baseados em objectivos comuns e a noção de competências essenciais complementares, em que cada uma das partes fornece recursos derivados das suas actividades fundamentais os quais complementam os prestados pelos outros actores, resultando em melhorias conjuntas para os resultados e objectivos fixados.

As relações da empresa com os funcionários e com as comunidades onde funciona e para onde exporta, é o terceiro papel ou função de uma empresa, enquanto membro de uma sociedade, chamado carácter multifacetado da empresa. A este nível, a

⁸⁴ Jorge Araújo, e Amanda Blakeley, , *Responsabilidade social das empresas no sector petrolífero em Angola: Estudo de Assistência Técnica do Banco Mundial*, p.3.

responsabilidade social das empresas é entendida como uma transferência de recursos financeiros de um negócio para uma actividade recomendável (responsabilidade social).

No entanto, o Ministério dos Petróleos e a empresa nacional, SONANGOL, juntamente com as empresas que actuam no sector petrolífero angolano, têm vindo progressivamente a cumprir e a executar os seus compromissos sociais com os seus funcionários e com as comunidades. Apesar de insuficiente, não deixa de se ser considerado um valioso contributo das mesmas para o desenvolvimento sócio-económico no país. Até à data, a maior parte da actividade de responsabilidade social das companhias petrolíferas em Angola tem-se concentrado mais em respostas humanitárias sob um ponto de vista quase filantrópico.

Reconhecendo que se trata de uma oportunidade única para causar um impacto no objectivo comum de paz e desenvolvimento em Angola, as companhias petrolíferas parecem estar potencialmente prontas a elevarem a participação na responsabilidade social das empresas no sector petrolífero angolano a um nível mais estratégico, desde que vejam um comprometimento real do Governo na busca de uma parceria mais eficiente e transparente.

A experiência de outros países indica que uma parceria estratégica e estruturada que vise uma acção efectiva e eficiente das empresas em conjunto com as do Governo e da sociedade civil pode produzir melhores resultados tanto para as comunidades como para as empresas e, no contexto de Angola, pode fornecer um impulso significativo aos esforços destinados a consolidar a actual estratégia de desenvolvimento sócio-económico⁸⁵.

As competências essenciais podem incluir o financiamento do sector privado, gestão de projectos e financeira, e conhecimentos especializados de engenharia; a coordenação ou capacidade estratégica para encontrar fontes de financiamento para o sector público e respectiva supervisão; a capacidade das ONGs identificarem questões

⁸⁵ Jorge Araújo e Amanda Blakeley, *Responsabilidade social das empresas no sector petrolífero em Angola: Estudo de Assistência Técnica do Banco Mundial*, p.3-4.

relevantes na área social e ambiental e mobilizarem a participação da comunidade local para ajudar a resolvê-las.

Devido à tradicional natureza destrutiva do antigo envolvimento externo em Angola, os estrangeiros estão mal colocados para influenciar no bom sentido as práticas de gestão de recursos. Em geral gozam de pouca credibilidade no país. A maior parte dos angolanos assume que o envolvimento estrangeiro é inteiramente motivado pelo desejo de aproveitar os recursos naturais do país.

Ainda no âmbito da responsabilidade social empresarial, grande parte das empresas petrolíferas internacionais em Angola estão envolvidas em muitos projectos sociais, dirigidos a programas de saúde, educação e desenvolvimento, e que incluem:

- Fornecimento de medicamentos e alimentos.
- Construção e reabilitação de escolas.
- Desminagem.
- Construção de casas.
- Projectos de agricultura.
- Reparação de pontes e infra-estruturas.
- Projectos de energia solar.
- Sensibilização sobre o VIH e programas de prevenção da doença.
- Programa alimentar e de saúde infantil.

Muitas empresas nos seus contratos com o Governo, são obrigados a afectar uma percentagem dos seus lucros ao financiamento de actividades empresariais de responsabilidade social – AERS. A nova Lei do Petróleo contém diversas referências à utilização de prestadores de serviços locais: apoiar a formação profissional de cidadãos angolanos. As empresas que operam em Angola são obrigadas a incluir cidadãos angolanos em todas as categorias e funções, salvo se estes não tiverem a qualificação e experiência exigidas, tendo estes o direito de gozar de iguais direitos remuneratórios e das mesmas condições de trabalho e sociais, facto que ainda está longe de ser cumprido na sua plenitude ⁸⁶.

⁸⁶ 1º Encontro Metodológico Sobre a Problemática: Colocação de Mão-de-Obra Nacional na Indústria Petrolífera Angolana, p.16.

Apesar de contribuírem de forma positiva para o PIB e para as exportações do país, os projectos petrolíferos nos países em vias de desenvolvimento têm normalmente índices de importação muito elevados e poucas ligações com as empresas locais, pelo que sugere-se uma maior expressão dos funcionários nacionais na actividade das operadoras internacionais, e mais ampla e activa participação do empresariado nacional, de forma a se criar um equilíbrio nessa actividade.

Embora tenham aumentado o número de ligações e integração entre empresas nacionais e estrangeiras mantém-se circunscrita a actividades pouco técnicas. Face à ausência de mão-de-obra nacional qualificada, as operadoras têm tido dificuldade em cumprir os requisitos de recrutamento local para os seus quadros superiores.

6. PERSPECTIVANDO O FUTURO DO SECTOR

Uma vez terminada a guerra e implantada a paz no país, abre-se uma nova era e ciclo para a reconstrução e o desenvolvimento económico e social de Angola, que lança um grande desafio à sociedade angolana, em particular todas as instituições públicas e privadas de intervenção económica e social, bem como a todos os cidadãos enquanto titulares dos direitos e liberdades económicas e sociais fundamentais.

O desenvolvimento económico e social ainda que impulsionado pelo Estado e, em primeira linha, pelas empresas estatais, com a SONANGOL à cabeça, muito deve e terá que ser progressivamente protagonizado pela cidadania económica angolana.

A aplicação pelo Estado do princípio da igualdade entre dois grupos de empresários, estrangeiro e nacionais, com vista ao fomento e fortalecimento do empresariado privado nacional, o que significa a aplicação aos angolanos do princípio do tratamento mais favorável ou prioritário – princípio da Angolanização. O que quer dizer que o empresário angolano não é igual ao empresário estrangeiro, merecendo um tratamento diferente, mais favorável que diminua ou mesmo elimine a diferença de condições concorrenciais que o distancia das do estrangeiro, com intuito de criar um certo equilíbrio nas desigualdades existentes.

É responsabilidade do Estado, e em particular da SONANGOL e do MINPET, criar e oferecer aos cidadãos, às empresas participadas por angolanos e outras instituições nacionais, um princípio de tratamento mais favorável, prioritário ou preferencial, às condições jurídicas e materiais que contribuam para diminuir a desigualdade concorrencial, ao mesmo tempo que também possam contribuir para o fomento da cooperação entre investidores nacionais e estrangeiros.

Entre o conjunto das condições que o Estado, MINPET e SONANGOL devem criar e oferecer, destacam-se as seguintes:

- A necessidade de promulgação de medidas legislativas gerais, regulamentadoras e executivas do vasto e multifacetado princípio da privatização de empresas, de actividades ou parte de actividades do sector de petróleos.
- Promover e estimular formas empresariais, associativas de parcerias ou outras entre a e suas SONANGOL filiadas e participadas e os cidadãos ou empresas angolanas idóneas que pretendam exercer actividade no sector dos petróleos e seus serviços.
- Criação de regras estritas de selecção dos beneficiários das medidas de fomento, por via da exigência de qualidades, de idoneidade técnica, profissional e de gestão adequadas ao sector de actividade visada.
- Nomeação (indicação) de figuras que possam exercer funções de representantes do Governo nas empresas participadas.
- A promoção de desenvolvimento da formação de quadros petrolíferos angolanos é uma vertente que deve prosseguir e progredir, em quantidade e qualidade, certos de que são eles que representam o núcleo central de uma efectiva e plena Angolanização do sector.

No que diz respeito à política do gás e ambiente, o sector deve continuar a empreender esforços para reduzir a queima de gases. Até agora, uma grande parte do gás associado ao petróleo tem sido queimado ou libertado para atmosfera. No entanto, o sector deve ser encorajado a reforçar a sua política relativamente ao ambiente para reduzir a queima de gases associados, e de impor uma observância mais rigorosa da legislação existente, de forma a salvaguardar os seus interesses inerentes à protecção do meio ambiente.

Outro desafio a considerar, será sempre o investimento no capital humano e infra-estruturas, como parte da estratégia para um efectivo desenvolvimento do sector, factor importante para o desenvolvimento.

Assim, o sector petrolífero deve apostar nas despesas de investimento em capital humano e infra-estruturas básicas como por exemplo, saúde, educação, água potável, saneamento básico, estrada etc. de modo a melhorar o nível de vida das comunidades. Os investimentos em capital humano servirão também para ajudar o país a resolver o problema da grave carência de mão-de-obra qualificada na indústria petrolífera e no país em geral.

O sucesso da produção de petróleo em Angola impõe mais e melhores investimentos nas novas tecnologias. O progresso tecnológico torna-se essencial para garantir uma exploração bem sucedida de forma a responder os novos desafios a enfrentar do futuro pela indústria petrolífera angolana que, se assume como garante do desenvolvimento do país.

O sector deve de igual modo dar prioridade ao investimento em transportes, e infra-estruturas de armazenamento de produtos petrolíferos em todo país, por forma, a poder aprovisionar o país com aqueles produtos e assim satisfazer as necessidades da população.

A indústria angolana de petróleo deve cada vez mais expandir-se, tanto a nível regional como internacional, apostar na melhoria da gestão dos recursos naturais e humanos, apostando cada vez mais na formação dos seus funcionários e não só, no sentido de fortalecer o quadro do pessoal ao serviço da indústria e assim, levar progressivamente a indústria angolana no jogo competitivo internacional.

A inovação, formação, boa gestão dos recursos, *know-how*, etc. constituem ferramentas chaves para o crescimento e desenvolvimento num mundo cada vez mais globalizado.

7. DESAFIOS E EXPECTATIVAS

Os grandes desafios do país serão sem dúvida a educação, cultura, economia, saúde, tecnologia, preservação do ambiente e ainda em, termos políticos, a democracia e direitos humanos. No passado fica a guerra, mas no presente ainda é preciso combater a pobreza, fome, analfabetismo, miséria e a desilusão.

Angola tem vivido uma relativa paz desde a assinatura do cessar-fogo de 4 de Abril de 2002, pondo dessa forma termo a mais de 25 anos de guerra civil. O país enfrenta agora a árdua tarefa de canalização dos seus abundantes recursos naturais e humanos para a reconstrução do país rumo ao desenvolvimento económico e social do país, que sobretudo se traduz na melhoria das condições de vida das populações, das infra-estruturas, etc. Os diamantes e, em particular, o petróleo do mar de Angola, dominam a economia nacional, sendo responsáveis pela quase totalidade de receitas líquidas e receitas fiscais do país. Contudo, estes sectores interagem muito pouco com o resto da economia. A agricultura e a indústria manufactureira do país ainda estão a sofrer com o legado da guerra civil – infra-estruturas destruídas, falta de capitais físicos e financeiros, má administração, a presença inibidora de minas em algumas regiões, sem contar com a necessidade de reinstalar os desalojados/deslocados pelo conflito.

Tal como noutros ambientes de pós-guerra, Angola enfrenta enormes desafios futuros, que exigem um compromisso firme da parte do Governo para poder beneficiar do apoio da comunidade internacional, utilizando como trunfo os seus abundantes recursos naturais em especial o petróleo.

Os esforços para reduzir a inflação, embora sejam necessários, têm custos sociais consideráveis tendo em conta a falta de redes de segurança no Estado e a desintegração do tecido social.

Terminada a guerra, o país pode e deve aplicar o princípio que passou a ser convencionalizado por “Dividendo da Paz”, significa, aplicar os recursos de toda natureza (sobretudo o petróleo) que ontem eram direccionados para os esforços da guerra, ao

benefício da paz, canalizando os mesmos no esforço de reconstrução, crescimento e desenvolvimento económico e social do país.

Porém as autoridades têm-se deparado com desafios consideráveis e o progresso sócio-económico tem sido inconstante.

O sector petrolífero aqui assume-se como o sector principal na reconstrução e desenvolvimento do país. A construção das infra-estruturas é uma prioridade a ter em conta e importante para garantir as condições básicas de habitabilidade a toda a população e para criar as condições de base ao processo de crescimento económico. A melhoria da rede de estradas permite um melhor acesso aos mercados e reduz os custos, facilitando a mobilidade e comunicação, em particular para as comunidades que habitam em áreas rurais que dependem da agricultura. O abastecimento de água, saneamento e energia são essenciais para o desenvolvimento do capital humano e para o aumento da produção nacional. A construção de habitação social permite alojar e realojar as famílias que vivem em condições precárias, dando-lhes as condições necessárias para terem uma vida melhor e condigna.

É frequente questionar-se sobre o envolvimento participativo dos cidadãos e da sociedade civil, no que respeita às políticas públicas em concreto políticas sociais que promovem o desenvolvimento socio-económico, do nível comunitário ao nível local⁸⁷. Participação essa, que considero relevante para a resolução dos inúmeros problemas que afligem as populações.

O desenvolvimento económico e sustentável com a participação dos grupos citados no anterior parágrafo, enquanto garante da estabilidade e da paz, é não só importante como prioritário e urgente.

No que diz respeito ao investimento estrangeiro na indústria petrolífera, tem sem dúvida grande importância, quer como impulsionador do crescimento e desenvolvimento económico e social, quer quanto à criação de empregos locais, em particular, de nível técnico e de direcção. O investimento privado nacional e estrangeiro

⁸⁷ Por exemplo, a Sociedade Civil pode servir de ponte entre o Governo, o sector petrolífero e as comunidades/populações.

deve privilegiar a criação de empregos qualificados e tecnicamente diversificados proporcionando assim aos cidadãos angolanos a dignidade e melhores condições de vida.

É preciso que se invista mais e melhor no desenvolvimento humano, chave fundamental para o crescimento e desenvolvimento. Políticas económicas pouco adequadas e escolhas aleatórias dos investimentos têm promovido mais crescimento económico do que o desenvolvimento humano. Estabelecer a relação entre os dois conceitos é importante, mas é igualmente importante não descurar o conceito de igualdade na redistribuição do rendimento nacional⁸⁸.

Por seu lado uma ausência de uma política adequada de enquadramento e de aproveitamento racional dos recursos humanos, tem contribuído para a não priorização do factor mão-de-obra, para um crescimento económico mais fraco e ainda para a criação de um fosso de frustração colectiva, que em nada contribui para o desenvolvimento humano e, para a tão necessária mudança de atitudes⁸⁹.

Os serviços prestados pelos agentes ligados aos serviços sociais públicos, e não só, são considerados pela maioria dos receptores, como ineficientes ou insuficientes. Essa ineficiência e insuficiência tem sido atribuída à escassez de recursos, embora muitos argumentam ter a ver com os modelos correntes de regular os serviços sócias.

Uma das grandes questões nos nossos dias tem sido sem dúvida o uso dos rendimentos do petróleo. Há quem defende que os mesmos devem ser maioritariamente canalizados para às questões sócias ou seja para política social.

A importância do tema reside nas características particulares da economia angolana, dotada de uma indústria petrolífera com capital intensivo, e o resto da economia, com muito fraca produtividade, incapaz de gerar riqueza suficientes para cobrir as necessidades de investimento e de reposição, resultantes do crescimento populacional e do desgaste físico das infra-estruturas e equipamentos produtivos, assim como de cobrir as necessidades fundamentais/básicas de toda a população.

⁸⁸ Angola e PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano: Construindo uma Paz Social*, Luanda, 2004, p.72.

⁸⁹ *Ibidem*

No caso de Angola, é errada a percepção que o problema essencial é a falta de recursos financeiros. Pelo contrário, à medida em que a economia petrolífera cresce, à semelhança do que acontece com outros países onde o petróleo impera, injecta-se mais dinheiro do que existe em termos de capacidade para o utilizar em acções de desenvolvimento.

O que se constata em Angola é que as empresas petrolíferas dão pouco emprego aos angolanos, preferindo contratar especialistas e técnicos no exterior e portanto, praticamente, não criam efeitos multiplicadores na economia. No entanto, para o fortalecimento da economia nacional e desenvolvimento socio-económico, é necessário que Governo aposte fortemente as receitas do petróleo, sobretudo na formação de Recursos Humanos, investimento público, na criação de emprego e apoiar fortemente o empresariado nacional e, assim, garantir um desenvolvimento do capital humano sustentável.

Deverá evitar-se a delapidação se assim se pode dizer, desse precioso recurso. Para isso, seria necessário um rigor e eficaz controlo na gestão dos recursos. Seria urgente garantir condições para que as receitas provenientes do petróleo favorecessem a política económica e social de forma a beneficiar às gerações actuais e futuras de Angola.

Desse modo, Angola deve fazer esforços para que o petróleo sirva, principalmente, para garantir as necessidades de acumulação e, em particular, a formação do angolano nas condições mais racionais possíveis, como sejam a garantia da educação com qualidade no país e saúde, para que a taxa de mortalidade baixe e melhore a taxa esperança de vida dos angolanos⁹⁰. Os recursos do petróleo devem servir, primordialmente, para a educação (desde o ensino primário ao universitário) acompanhada da formação profissional e acções de pesquisas e desenvolvimento de progresso técnico, saúde, habitabilidade, investimentos públicos visando a criação de empregos.

⁹⁰ O que mais preocupa, é taxa alta de mortalidade sobretudo nas crianças. O problema do SIDA, é hoje um problema que ameaça a segurança nacional de certos países africanos da nossa região. Essa epidemia é uma ameaça ao desenvolvimento, sobretudo quando afecta quadros elites políticas e da economia, gente capaz, de proporcionar o mesmo desenvolvimento e bem-estar da nação. Portanto, é necessário investir fortemente na saúde.

A educação e formação profissional deve igualmente ser estimulada e criar-se para o efeito de centros para a formação. A indústria petrolífera deve, enquanto pode, continuar a política de concessão de bolsas de estudo (externas e internas) para o ensino superior e não só, garantindo qualidade e exigência no acesso e frequência das universidades. Sendo urgente canalizar apoios às universidades nacionais de forma a apostar na formação no interior do país, com as consequentes vantagens de se pouparem recursos no exterior com a formação. Por outro lado, seria necessário atender aos professores, garantindo a sua boa formação e valorizar as profissões de todos os níveis e não apenas o nível superior. Uma vez formados, os quadros poderão ser colocados ao serviço da indústria petrolífera ou outros sectores da economia nacional e, assim, contribuir para o desenvolvimento do país em geral.

O desenvolvimento económico de Angola irá depender, em larga medida, da forma como são ou serão geridas e utilizadas as receitas provenientes dos recursos, sobretudo do petróleo. O aumento da transparência destes fluxos é essencial para essa gestão (gestão rigorosa e com maior sentido de responsabilidade).

Numa época em que a economia do país está a crescer a um bom ritmo a custo do aumento da produção do petróleo, a indústria petrolífera como sector pivot da economia nacional pode e deve ter alguma responsabilidade no que respeita a promoção de políticas e projectos sociais no país. A indústria, no quadro das responsabilidades sócias que tem com o país, tem dado uma resposta adequada, apesar de ainda aquém das desejadas e necessárias para a melhoria da situação económica e social no país.

8. CONCLUSÃO

Angola representa um exemplo claro de como os países em vias de desenvolvimento ricos em recursos naturais, se encontram entre aqueles com tendência para desempenhos fracos em termos de desenvolvimento económico e social. Esta hipótese, sustentada por exemplos, é uma característica da maior parte dos países em vias de desenvolvimento de muitas partes do mundo, que os países com instituições frágeis têm pouca capacidade para aguentar as forças tendenciais e destruidoras da corrupção e do conflito que são por vezes desencadeadas pelas tentativas de controlo e apropriação das receitas do estado dependentes das exportações do petróleo e outras actividades mineiras.

Se os recursos do país fossem devidamente aproveitados, Angola seria um dos países mais prósperos de África. Em vez disso, a guerra e muitos outros factores provocaram uma má gestão dos recursos petrolíferos, ao mesmo tempo que limitaram gravemente o uso efectivo da maior parte de outros sectores, em especial da agricultura.

Graças aos acordos de paz de Abril de 2002 que trouxe a paz para o país, Angola tem, neste momento, uma oportunidade sem precedentes para ultrapassar o legado da guerra.

Em segundo lugar, o rápido aumento da produção petrolífera e conseqüentemente das receitas do Estado previstas para os próximos anos, criará condições excepcionalmente favoráveis para a reconstrução e desenvolvimento sócio-económico

Os benefícios directos para os angolanos da actividade petrolífera são, no entanto ainda, muito limitados. A importância económica do petróleo, portanto, reside quase inteiramente na sua função enquanto gerador de receitas fiscais para o estado.

A qualidade da gestão de recursos será um dos factores decisivo para determinar se Angola consegue uma paz sustentável de longo prazo ou voltar mais uma vez a novas formas de conflito, gerado por factores como a incapacidade para desenvolver os sectores não mineiros da economia e assim criar emprego e fontes de rendimento para as populações.

Portanto, é preciso e necessário clarificar as prioridades de despesa do Governo e por conseguinte garantir uma maior transparência na gestão das finanças públicas, maioritariamente provenientes do petróleo. Não restam dúvida acerca da importância da indústria petrolífera na sociedade angolana enquanto sector chave e único grande impulsionador da economia angolana.

Há o sentimento entre os angolanos que, tendo em conta o aumento ou crescimento constante das suas receitas petrolíferas, o governo poderia fazer mais pela sua própria população e que, no mínimo, deveria ser capaz de explicar devidamente a utilização dos seus recursos.

Ao longo dos anos, as grandes despesas com a defesa e a segurança desviaram os dinheiros públicos dos sectores sociais, em especial da educação e da saúde, e das infra-estruturas básicas, como as estradas e o abastecimento de água. Todos eles sectores cruciais para o crescimento económico, criação de emprego, redução da pobreza e o crescimento do bem-estar dos humano. Porém, conquistada a paz⁹¹, é visível uma melhoria substancial no ambiente económico e social.

O papel da indústria petrolífera tem vindo a assumir cada vez mais responsabilidades nos sectores sociais, quer através da Angolanização, quer por vias de assistência directa às populações mais carenciadas com financiamento de projectos sociais no âmbito da responsabilidade das empresas no sector petrolífero angolano.

É também importante notar que, o sector aposta fortemente na concessão de bolsas de estudo tanto internas como externas, o que constitui um claro sinal de que o sector é sensível à esta questão (formação dos angolanos), contribuindo assim de certa forma nessa área social para o desenvolvimento sócio-económico.

Como foi dito anteriormente, quanto ao papel dos actores externos, devido à tradicional natureza destrutiva do antigo envolvimento externo em Angola, os estrangeiros estão mal colocados para influenciar no bom sentido as práticas de gestão de recursos. Em geral gozam de pouca credibilidade no país. A maior parte dos

⁹¹ É preciso, que os recursos naturais (em especial o petróleo) outrora canalizados ou desviados para os esforços de guerra, sejam hoje canalizados para os planos sociais, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento sócio-económico no país.

angolanos é da opinião que o envolvimento estrangeiro é inteiramente motivado pelo desejo de aproveitar o petróleo, os diamantes e os outros recursos do país.

No entanto, grandes empresas internacionais têm sido pressionadas pelo mundo desenvolvido para agir no quadro de normas de responsabilidade social empresarial (RSE). A maior parte das grandes empresas internacionais a operar em Angola tentaram cultivar uma imagem de RSE, envolvendo-se em acções filantrópicas de pequena escala. A maior parte das companhias petrolíferas canalizam a sua assistência filantrópica através de um “fundo social” gerido pela SONANGOL (um denominado “bónus social” tem de ser pago a este fundo, a par dos bónus de assinatura pagos ao Estado por cada novo bloco petrolífero), enquanto que outras financiam projectos patrocinados por ONG’s e agências da ONU, para actividades que vão desde a desminagem a projectos de desenvolvimento comunitário localizados. Embora muitas destas actividades sejam valiosas, em termos financeiros representam uma fracção minúscula dos lucros que estas companhias retiram ou tentam retirar dos seus investimentos em Angola, e também não se dirigem directamente às questões de gestão de recursos que em última análise são mais importantes para o bem-estar do povo angolano⁹².

Uma vez analisada a questão do papel e contributo do sector, não restam dúvidas acerca da amplitude e importância do mesmo na sociedade angolana. Estou convicto de que esse papel e contributo, apesar de ainda ser insuficiente, continuará por muitos mais anos, à medida que, a produção do crude no país aumentar com o preço de petróleo em alta e, se ainda o petróleo continuar a ter a importância e influencia que tem nos dias de hoje.

Assim sendo, é necessário que se criem condições fundamentais que tornem sustentável e irreversível o crescimento da indústria petrolífera angolana e assim um aumento do PIB de forma a melhorar os indicadores sócio-económicos. Os resultados positivos que se alcançarem com a recuperação da economia irão ampliar os efeitos dos investimentos públicos feitos nas infra-estruturas e serviços sociais de índole diversa.

⁹² Araújo, Jorge, e Blakeley, Amanda, *Responsabilidade Social das Empresas (CSR) no Sector Petrolífero em Angola*, Estudo de Assistência Técnica, Banco Mundial, Luanda, 2003, pp.5-6.

Um aspecto a ter em conta é a qualidade da governação das instituições do Estado. É muito importante para garantir a provisão de serviços públicos para os mais carenciados e para orientar o processo de desenvolvimento económico e social, garantindo a observância das normas e princípios fundamentais.

Este sector energético é de capital importância para o crescimento e desenvolvimento económico dos países.

O balanço e avaliação que faço não deixa de ser satisfatório positivo, atendendo as circunstâncias em que o país passou e continua a passar desde a independência aos nossos dias. Mas também quero aqui reforçar a ideia de que é possível fazer mais e melhor. Os recursos naturais que o país possui, por si só, não resolvem tudo. É preciso que haja boa vontade, boa governação, estabilidade política e sobretudo, boa gestão dos recursos disponíveis.

O país vive ainda dias e momentos de euforia. A produção petrolífera está em grande crescimento e a atenção dos investidores estrangeiros está concentrada nas potencialidades e riquezas angolanas, como mostram os grandes fluxos de investimento directo estrangeiro que ocorrem ao país. Por isso, esta é a altura certa para olhar com atenção para o futuro do país.

10. BIBLIOGRAFIA

“30 Anos da independência de Angola” , in Vários, *Semanário Expresso*, edição n.º 1723 (Secção de Economia), 5 de Novembro, 2005, Lisboa.

Anstee, Margaret (1997), *Orphan of the Cold War*, London: Macmillan.

Araújo, Jorge e Blakeley Amanda (2003), *Responsabilidade Social das Empresas (CSR) no Sector Petrolífero em Angola*. Luanda: Banco Mundial.

Banco Mundial (1989), *Angola: Issues and Options in the Energy Sector*, Washington: B M.

Cilliers, Jakkie e Dietrich Christian (2000), *Angola's War Economy: The Role of Oil and Diamonds*, Pretoria: Institute for Security Studies.

Da Silveira, Wojcikiewicz S. (1999), *Abordagem Sistémica para Diagnóstico da Vocaçao Competitiva e Desenvolvimento Micro Regional – O Caso de Blumenau*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Della Porta, Donatella (2003), *Introdução à Ciência Política*, Lisboa: Estampa Edições.

De Menezes, Bruzaca Aires (s.d.), *O Petróleo no Contexto Macro-económico* (extracto da tese sobre implicações sócio-económicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe), Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.

Diário da República de Angola (1996), “Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos”, Série – N° 44, de 18 de Outubro de 1996, pp. 582-589.

Dilolwa, Carlos (1978), *Contribuição para a História Económica de Angola*, Luanda: U.E.A.

Diniz, Francisco (2006), *Crescimento e Desenvolvimento Económico*, 1.ª Edição, Lisboa: Silábo Edições.

Economist Intelligence Unit. (1998), *Angola Country Report*, 3.º Trimestre, Luanda: E.I.

Fundo Monetário Internacional (2000), *Angola: Recent Economic Developments*, Washington: FMI.

Fontoura, Maria e Roque Fátima (1995), *Directrizes para um Programa de Transformação Económica – O caso de Angola*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2005), *Angola – Objectivos do Desenvolvimento do Milénio 2005*, Luanda: GURN e PNUD.

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (1999), *Memorando sobre as Medidas de Política, Institucionais e Estruturais no Âmbito da Estratégia Global para a Saída da Crise*, Luanda: GURN.

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (2001), *Monografia da República de Angola*, Luanda: GURN.

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (2000), *Programa Económico e Social para o ano de 2001*, Luanda: GURN.

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (2004), *Programa Geral do Governo para o Biénio 2005-2006*, Luanda: GURN.

Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (2006), *Programa Geral do Governo: Extensão para o Biénio 2007-2008*, Luanda: GURN.

Guerra, Henrique (1988), *Angola. Estruturas Económicas e Classes Sócias*, Luanda: UEA.

Guerra, Morais (2003), “Angola – Origens da Estruturação do Sector Petrolífero”, in *Revista Energia*, n.º 65, Luanda: Color Estúdio Editora. pp.10-18.

Hodges, Tony (2002), *Angola do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, 1.^a Edição, Cascais: Principia Editora.

Howen, Nicholas (2001), *Construção da Paz e Sociedade Civil em Angola: Um Papel Para a Comunidade Internacional*, Londres.

Instituto Nacional de Estatística (1993), *Contas de Angola*, Luanda: INE.

Instituto Nacional de Estatística (1996a), *Perfil da Pobreza em Angola*, Luanda: INE.

Instituto Nacional de Estatística (1996b), *Perfil Estatístico Económico e Social, 1992-1999*. Luanda: INE.

Karl, Terry L. (1997), *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*, Berkeley: University of California Press.

Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (1990), *Inquérito aos Recursos Humanos na Função Pública: Principais Resultados (Síntese)*, Luanda: MAPESS.

Ministério da Assistência e Reinserção Social e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1997), *Directório das ONGs*, Luanda: MINARS e PNUD.

Ministério da Educação e Cultura (2001), *Caracterização Actual do Sistema de Educação e Ensino*, Ondjiva: MEC.

Ministério das Finanças (2004), *Avaliação do Sector Petrolífero de Angola*, Luanda: MINFIN.

Ministério das Finanças (2001), *Informação Sobre a Execução do Programa Económico e Social para o ano de 2001 (1º semestre)*, Luanda: MINFIN.

Ministério dos Petróleos (2007), *Comunicado Final do II Fórum dos Quadros Angolanos Sobre o Desenvolvimento da Actividade Petrolífera Nacional*, Malange: MINPET

Ministério dos Petróleos (2006), *Conclusões e Recomendações do VIII Conselho Consultivo Alargado do Ministério dos Petróleos*, Luanda: MINPET

Ministério dos Petróleos (2004), *Encontro Metodológico Sobre A Problemática: Colocação de Mão-De-Obra Nacional na Indústria Petrolífera Angolana*, Luanda: MINPET.

Ministério dos Petróleos (2001), *Relatório de Actividade do Sector 2000*, Luanda: MINPET.

Ministério dos Petróleos (2006), *Relatório de Actividades do Sector Petrolífero, referente ao ano de 2005*, Luanda: MINPET.

Ministério do Planeamento (2004), *Estratégia de Combate à Pobreza*, Luanda: MINPLAN.

MINPET (2000), *Despachos N.º 06/GAB/MINPET/2000 e N.º 10/GAB/MINPET/200 Relativos à aprovação do Regulamento para a Concessão de Bolsas de Estudo*, Gabinete do Ministro dos Petróleos, Luanda, 23 de Março e 7 de Abril de 2000 respectivamente.

Programa das Nações, Unida para o Desenvolvimento (2004), *Angola, Relatório do Desenvolvimento Humano, 2004*, Luanda: PNUD.

Programa das Nações Unida para o Desenvolvimento (1999), *Políticas de Redução da Pobreza: Procurando a Equidade e a Eficiência*, Luanda: PNUD.

Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (2003), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*, Luanda: PNUD.

Sociedade Nacional de Combustível de Angola (1994), *Relatório, Lei 13/78 das Actividades Petrolíferas e o Desenvolvimento da Indústria Petrolífera em Angola*, Luanda: SONANGOL.

Rosa, João S. (2005), “Responsabilidade Social nas Empresas”, in *Revista SONANGOL*, n.º 11. Lisboa: Editando Editora. pp. 14-15.

Van Deste, Jorge (2002), “A actividade petrolífera em Angola: Situação – Actual e Perspectivas”, in *Revista Energia*, n.º 58. Luanda: Color Estúdio Editora. pp. 16-18.

Vilares, Raimundo2 (2006), “Fundo de Pensões da SONANGOL”, in *Revista SONANGOL*, n.º 11. Lisboa: Editando Editora. pp. 25-30.

ANEXOS

Anexo 1

MAPA DA REPÚBLICA DE ANGOLA



Map No. 3727 Rev. 2 UNITED NATIONS
October 1997 (Colour)

Department of Public Information
Cartographic Section

Anexo 2

SÍNTESE DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

População	
População Residente (Est. 2004) (milhões)	16,5
Densidade Demográfica, habitante por km ² (Est.2004)	13,2
Índice de Juventude da População (2004) (% da população com 20 ou mais de 20 anos de idade.	60
Nível Geral de Desenvolvimento	
PIB per capita (2004), (USD)	1264,6
Índice de Desenvolvimento Humano (2005)	0,445
População Abaixo da Linha de pobreza (2001), (%)	68
População em Extrema Pobreza (2001), (%)	26
Indicadores Económicos	
PIB (2004), (mil milhões USD)	12,2
Taxa Média de Inflação (2004), (USD)	26,25
Dívida Externa (2004), (mil milhões USD)	7,9
Saldo Fiscal (2004), (mil milhões USD)	0,6
Indicadores Sociais	
Esperança de Vida à Nascimento (2004), (Nº de Anos)	42,4
Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Primário (2003), (%)	91,1
Taxa de Crescimento Médio de Alunos Inscritos no Ensino Primário (2000-2003)	24,3
Taxa de Mortalidade de Crianças com Menos de 5 Anos (2003) (morte de criança com menos de 5 anos por 1000 nados vivos)	260
Taxa de Mortalidade Materna (2003), (morte materna por 100 mil nados-vivos)	1400 a 1700
População com Acesso a uma Fonte de Água Apropriada (2003) (%)	68,5
População com Acesso a Condições Melhoradas de Saneamento (2003) (%)	78

Fonte: Relatório, “Angola Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, 2005”.

Anexo 3

COMPORTAMENTO DA ECONOMIA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2006⁽¹⁾

	PIB	Petróleo	Diamantes	Agricultura	I.Transfor	Construção	Energia	Serv.merca.
Programado Anual	15,5	35,3	3,3	18,1	16,5	18,5	15,0	11,4
Realizado 1º trimestre	6,09	5,92	11,43	1,4	10,2	14,65	3,47	9,23

(1) - Taxas reais de crescimento em percentagem

Fonte: Ministério do Planeamento, Direcção de Estudos e Programação Económica, Luanda, 2006.

ELEMENTOS MACROECONÓMICOS E REAIS DO COMPORTAMENTO DA ECONOMIA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2006

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	1º TRIMESTRE
Taxa de inflação (%)	0,83	0,71	0,79	2,35
Produção petróleo(Mb)	43973,7	39499,7	44612,5	128085,9
Produção diamantes (q)	996864,6	626268,4	684047,9	2307180,9
Investimento público	-	-	-	248,0
Investimento Privado	-	-	-	-
Preço petróleo	58,6	56,4	58,5	57,8
Preço diamantes (USD/QUI)	119,8	122,5	128,0	122,98
Venda líquida divisas	442,8	365,0	441,2	1249,0
Reservas internas líquidas	3373,2	4426,1	4471,0	4471,0
Crédito à economia	1819,6	2028,4	2123,5	2123,5
Crédito sector privado	1729,9	1935,8	2043,1	2043,1
Dep. prazo (em moeda nacional)	185,6	233,6	230,5	230,5

(1) – (valores em milhões de dólares, salvo indicação em contrário)

Fonte: Ministério do Planeamento, Direcção de Estudos e Programação Económica, Luanda, 2006.

PROJECCÃO DO PIB PARA 2006 ⁽¹⁾

SECTORES ECONÓMICOS	ESTRUTURA SECTORIAL· (%)	VALORES EM MILHARES USD
Agricultura, silvicultura, pescas	8,59	34 437 758,7
Petróleo e refinados	57,0	22 851 597,4
Diamantes e outros	2,3	922 082,0
Indústria transformadora	4,6	1 844 164,0
Energia eléctrica e água	0,4	160 362,1
Obras públicas e construção	5,1	2 044 616,1
Comércio, Bancos, Seguros, Servi	13,6	5 452 311,0
Outros	8,4	3 367 603,8
Produto Interno Bruto	100,0	40 086 512,6
Produto Interno Bruto não petrolífero	43	17 238 924,3
População	-	15 740 064,0
PIB por habitante (dólares)	-	2 547,0

(1)– Na Óptica da Oferta.

Fonte: Ministério do Planeamento, Direcção de Estudos e Programação Económica, Luanda, 2006.

Assim, após um crescimento do PIB de 15.3% em 2005, o FMI estima um crescimento de 35.3 % em 2007. Em todo o caso, a base deste crescimento é ainda extremamente baixa do valor nominal do PIB angolano em 2006 foi de cerca de USD 43.8 mil milhões (ou cerca de EUR 32.2 milhões).

Anexo 4

COMPORTAMENTO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

A extracção petrolífera tem sido a base das receitas fiscais petrolíferas do País e a sua actividade tem-se apresentado com bons níveis de execução. A produção aumentou, em 2005, 26% e no primeiro trimestre de 2006 cerca de 6%, esperando-se que durante o corrente ano possa incrementar-se em 21,2%.

VARIÁVEIS DE REFERÊNCIA

	Tx crescimento (%)	Investimento privado (milhões USD)	Investimento público (milhões USD)	Emprego (Milhares)
Resultados em 2005	26,0	4 504	384,3.	12,3
Resultados I tri. 2006	5,92	n.d	183	n.d.

Fonte: Ministério do Planeamento, Direcção de Estudos e Programação Económica, Luanda, 2006.

O quadro seguinte mostra, de uma forma sintética, o diagnóstico estratégico deste sector de actividade.

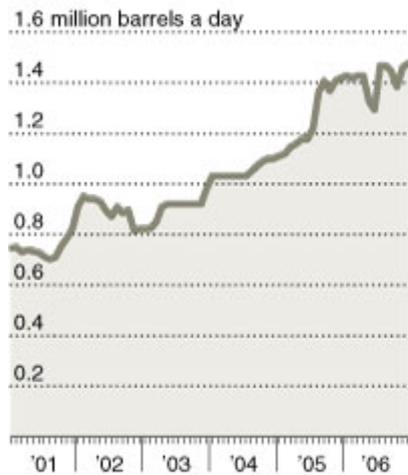
ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO PARA 2007-2008

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ excelentes condições naturais ▪ abundantes recursos em petróleo e gás natural 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impactos ambientais negativos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ re-infraestruturação em curso ▪ recuperação da economia ▪ integração na SADC ▪ melhoria das condições de vida ▪ conjuntura política e económica internacional ▪ construção do cluster “petróleo e gás natural” ▪ Início de funcionamento do mercado de capitais e da bolsa de valores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ conjuntura política e económica internacional ▪ volatilidade dos preços e potencial queda a longo prazo ▪ não diversificação da economia

Fonte: Ministério do Planeamento, Direcção de Estudos e Programação Económica, Luanda, 2006.

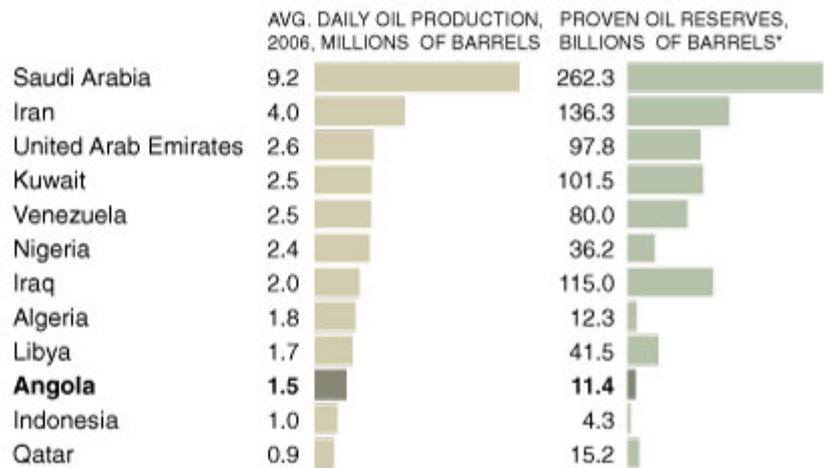
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO EM ANGOLA 2001 - 2002

Angola's Oil Production Has Doubled ...



Source: Energy Information Administration; oil companies

... But It Is Dwarfed By Other Members of OPEC



*Oil and Gas Journal estimates, as of Jan. 1, 2007

Anexo 5**ORÇAMENTO GLOBAL E FINANCIAMENTO (2007-2008)**

O Programa Geral do Governo para o biénio 2007-2008, tem o investimento público como instrumento essencial da implementação das diferentes Políticas. Assim, o PIP está orçado em cerca de 1.073 mil milhões de Kz.

Durante o biénio 2007-2008 estarão em curso projectos, inscritos no PIP, com um custo total previsto de 822.056,93 milhões de Kz, equivalente a 9.482,84 milhões de USD. Em 2007-2008 prevê-se executar 76,6% do custo total, sendo que 9,87% foi realizado em anos anteriores e 13,52% deverá ser executado em anos seguintes.

Em 2007 serão executados investimentos públicos no montante de 563.606,19 milhões de Kz, correspondendo a 6.517,94 milhões de USD.

(Milhões de Kz)

MINISTÉRIOS	Custo Previsto		Total 2007-2008	
	2007	2008	Em Valor	Em %
Sectores Produtivos e Infra-Estruturas	330.527,68	188.879,00	519.406,68	63,18%
Agricultura e Desenvolvimento Rural	14.109,53	7.486,08	21.595,61	2,63%
Pescas	36.320,20	0,00	36.320,20	4,42%
Petróleos			0,00	0,00%
Geologia e Minas	251,74	251,74	503,48	0,06%
Indústria	1.915,24	428,89	2.344,13	0,29%
Energia e Águas	61.859,88	23.962,06	85.821,94	10,44%
Obras Públicas	175.801,12	92.808,68	268.609,80	32,68%
Transportes	32.904,47	61.190,22	94.094,69	11,45%
Correios e Telecomunicações	7.365,50	2.751,33	10.116,83	1,23%
Sectores Sociais	85.633,65	24.135,10	109.768,75	13,35%
Educação	32.453,29	5.800,83	38.254,12	4,65%
Saúde	17.135,74	1.760,10	18.895,84	2,30%
Assistência e Reinserção Social	14.567,18	1.520,37	16.087,55	1,96%
Antigos Combatentes	81,44	15,00	96,44	0,01%
Família e Promoção da Mulher	35,00	0,00	35,00	0,00%
Juventude e Desportos	5.993,97	15.038,80	21.032,77	2,56%
Comunicação Social	15.367,03	0,00	15.367,03	1,87%
Restantes Sectores	81.661,59	8.507,06	90.168,65	10,97%
Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Sociais Básicos às Populações	65.783,27	36.929,58	102.712,85	12,49%
TOTAL	563.606,19	258.450,74	822.056,93	100,00%

Fonte: Ministério do Planeamento, Direcção de Estudos e Programação Económica, Luanda, 2006.

Os Sectores Produtivos e de Infra-estruturas terão, no biénio, investimentos no montante de 519.406,68 milhões de Kz, correspondendo a 63,18% do total. Estes investimentos estão particularmente orientados para criar as condições económicas e infraestruturais, visando a aceleração e sustentabilidade do crescimento económico, a diversificação da estrutura económica, a criação de emprego, a melhoria da produtividade e o combate à pobreza.

Os Sectores Sociais, mais directamente ligados à elevação das condições de vida da população e ao desenvolvimento dos recursos humanos do País, mobilizarão, no biénio, investimentos com um custo total previsto de 109.768,75 milhões de Kz, representando 13,35% do total.

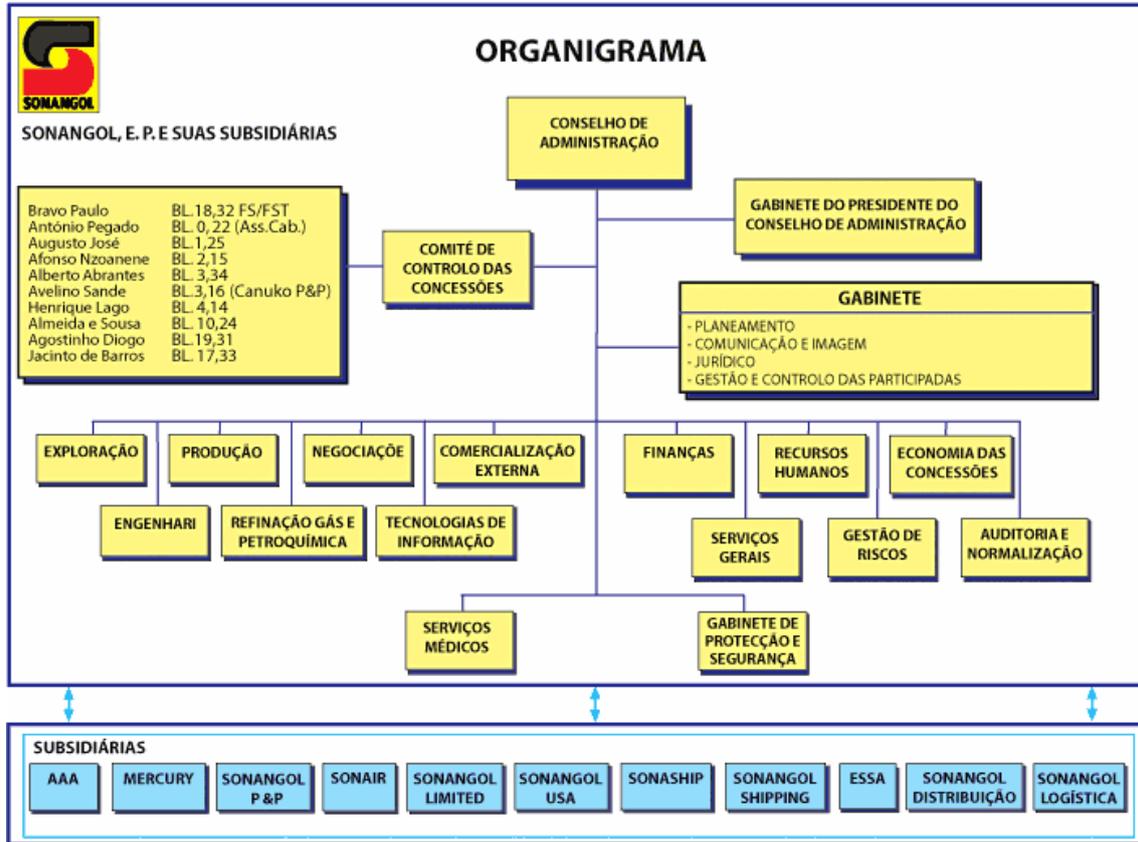
Os Restantes Sectores, onde se incluem, nomeadamente, as Reformas e a Capacitação Institucional, terão um investimento em 2007-2008 de 90.168,65 milhões de Kz, correspondendo a 10,97% do total.

Refira-se que, complementarmente, os Programas Provinciais de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às Populações atingirão um montante total de 102.712,85 milhões de Kz, o que representará um acréscimo de 12,49% em relação ao biénio 2005-2006.

O Financiamento do Programa Geral do Governo Extensão para Biénio 2007-2008, será assegurado por uma combinação de fontes internas

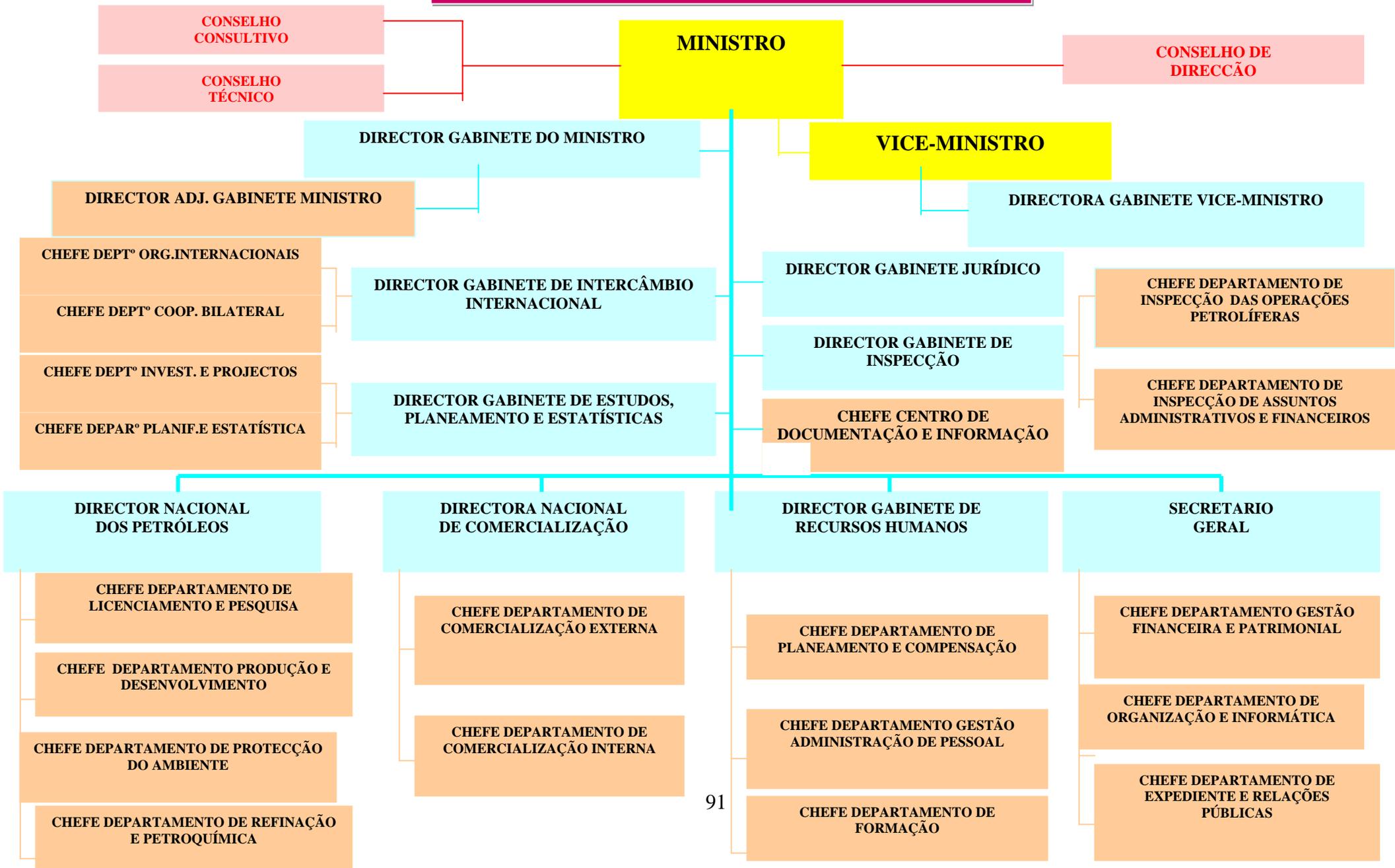
Anexo 6

ORGANIGRAMA DA SONANGOL



Anexo 7

Organigrama do MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS



Anexo 8

COMPANHIAS PRESENTES EM ANGOLA

